



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



MINUTA PARA CONSULTA PÚBLICA

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N.º/2006 – DER/MG

**EXPLORAÇÃO MEDIANTE CONCESSÃO
PATROCINADA DA RODOVIA MG – 050,
TRECHO ENTRONCAMENTO BR 262
(JUATUBA) - ITAÚNA - DIVINÓPOLIS -
FORMIGA - PIUMHI - PASSOS - SÃO
SEBASTIÃO DO PARAÍSO, E O TRECHO
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - DIVISA
MG/SP DA RODOVIA BR-265/491, EM
CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL N.º
11.079/04 E A LEI ESTADUAL N.º 14.868/03.**



EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº/2006 – DER/MG

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

DO PREÂMBULO

CLÁUSULA 1 – DAS DEFINIÇÕES

CLÁUSULA 2 – DOS ANEXOS AO EDITAL

CLÁUSULA 3 – DOS TÍTULOS E DAS REMISSÕES

CLÁUSULA 4 – DO OBJETO DA CONCORRÊNCIA

CLÁUSULA 5 – DO MECANISMO DE AFERIÇÃO E PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA

CLÁUSULA 6 – DO REAJUSTE DA CONTRAPRESTAÇÃO BÁSICA ADICIONAL À TARIFA

CLÁUSULA 7 – DA GARANTIA DE PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA

CLÁUSULA 8 – DA LOCALIZAÇÃO DE PRAÇAS E COBRANÇA DE PEDÁGIO

CLÁUSULA 9 – DO REAJUSTE DA TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO

CLÁUSULA 10 – DO PROCEDIMENTO GERAL

CLÁUSULA 11 – DOS RECURSOS

CLÁUSULA 12 – DA DOCUMENTAÇÃO DISPONIBILIZADA PELO DER/MG

CLÁUSULA 13 – DAS PASTAS

CLÁUSULA 14 – DO TIPO DE CONCORRÊNCIA E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

CLÁUSULA 15 – DO PRAZO DA CONCESSÃO PATROCINADA

CLÁUSULA 16 – DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS SOBRE A CONCORRÊNCIA

CLÁUSULA 17 – DA AUDIÊNCIA DE ESCLARECIMENTOS

CLÁUSULA 18 – DA ALTERAÇÃO DO EDITAL

CLÁUSULA 19 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

CLÁUSULA 20 – DA PRECLUSÃO DA VIA ADMINISTRATIVA DA IMPUGNAÇÃO

CLÁUSULA 21 – DO CONTEÚDO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL

CLÁUSULA 22 – DOS CUSTOS DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO



CLÁUSULA 23 – DOS REQUISITOS PARA A PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES

CAPÍTULO II – DA HABILITAÇÃO DE LICITANTES

CLÁUSULA 24 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

CAPÍTULO III – DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA 25 – DOS REQUISITOS DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO IV – DA PROPOSTA ECONÔMICA

CLÁUSULA 26 – DOS REQUISITOS DA PROPOSTA ECONÔMICA

CLÁUSULA 27 – DO PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA

CLÁUSULA 28 – DAS VISTORIAS

CAPÍTULO V – DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO, ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO

CLÁUSULA 29- DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

CLÁUSULA 30 – DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

CLÁUSULA 31 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO

JULGAMENTO DA PROPOSTA ECONÔMICA

CAPÍTULO VI – PROCEDIMENTOS DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA 32 – DA ADJUDICAÇÃO

CLÁUSULA 33 – DO CONTRATO

CLÁUSULA 34 – DA CONCESSIONÁRIA

CLÁUSULA 35 – DA TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DO SISTEMA EXISTENTE

CLÁUSULA 36 – DA FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO PATROCINADA

CLÁUSULA 37 – DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

CLÁUSULA 38 – DO COMPARTILHAMENTO DE GANHOS ECONÔMICOS

CLÁUSULA 39 – DA GARANTIA DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULA 40 – DOS SEGUROS

CLÁUSULA 41 – DAS SANÇÕES E PENALIDADES



CLÁUSULA 42 – DO PRÊMIO POR DESEMPENHO EXCEPCIONAL
CLÁUSULA 43 – RISCO DO VOLUME DE TRÁFEGO NA RODOVIA
CLÁUSULA 44 – DA INTERVENÇÃO E DA EXTINÇÃO DA
CONCESSÃO PATROCINADA
CLÁUSULA 45 – PENALIDADES POR INEXECUÇÃO
CLÁUSULA 46 – DA REVERSÃO DOS BENS
CLÁUSULA 47 – DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº/2006 – DER/MG

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

DO PREÂMBULO

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida dos Andradas, nº 1.120, doravante designado DER/MG, torna público que, nos termos da Lei Federal n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e da Lei Estadual n.º 14.868, de 16 de dezembro de 2003, por delegação do Estado de Minas Gerais, fará realizar LICITAÇÃO, na modalidade de CONCORRÊNCIA, do tipo “Menor Contraprestação Adicional à Tarifa”, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa apresentada por empresa ou consórcio de empresas para a exploração, mediante CONCESSÃO PATROCINADA, da Rodovia MG – 050, Trecho entroncamento BR 262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, e o Trecho São Sebastião do Paraíso - Divisa MG/SP da Rodovia BR-265/491.

O objeto da CONCESSÃO PATROCINADA consta do Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas que foi aprovado pelo Decreto nº, de

Tendo em vista o grande vulto e a alta complexidade do objeto da presente LICITAÇÃO, bem como os riscos financeiros a ela relacionados,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

aliados à essencialidade dos serviços públicos envolvidos na CONCESSÃO PATROCINADA, o DER/MG exigirá que os LICITANTES apresentem, na data e local abaixo indicados, respectivamente: (i) sua DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO; (ii) sua proposta relativa à METODOLOGIA DE EXECUÇÃO; e (iii) sua PROPOSTA ECONÔMICA.

A CONCORRÊNCIA será conduzida em duas fases distintas e sucessivas, sendo a primeira de habilitação dos LICITANTES e análise das propostas relativas à METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, e a segunda de abertura e julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS dos LICITANTES habilitados.

A documentação especificada, respectivamente, nos subitens (i), (ii) e (iii) acima, deverá ser apresentada pelos LICITANTES em envelopes fechados, mediante protocolo, no horário compreendido entre e horas, no período de à de de 2006, no DER/MG, na Avenida dos Andradas, nº 1.120, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, aos cuidados de [.....], com observância das demais instruções constantes do presente EDITAL. A abertura dos envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e da proposta relativa à METODOLOGIA DE EXECUÇÃO se fará em sessão pública a se realizar às horas do dia de de 2006, no auditório do DER/MG, sito na Avenida dos Andradas, nº 1.120, ... andar, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O EDITAL da presente LICITAÇÃO poderá ser consultado a partir de de de 2006, na sede do DER/MG, localizado na Avenida dos Andradas, n.º 1.120, em Belo Horizonte, Minas Gerais, das às horas e das às horas, podendo ainda ser obtidas informações pelo fac-símile (5531)-....., ou ainda pelo site: <http://www.der.mg.gov.br>

Cópia do EDITAL e seus ANEXOS será fornecida neste mesmo endereço e horário, a partir de de de, mediante a apresentação, por preposto da LICITANTE, do cartão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, ou cópia autenticada, e comprovante do pagamento, nos termos do § 5.º do artigo 32, da Lei 8666/93, da importância de R\$..... (.....), por meio de [DEFINIR FORMA DE PAGAMENTO], em nome do DER/MG.

Aplicam-se ao presente EDITAL, especialmente, a Lei Federal n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004; a Lei Federal n.º 8.987, de 13 de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

fevereiro de 1995; a Lei Federal n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho 1993; o Convênio de Delegação n.º/05, celebrado entre a UNIÃO, por intermédio do Ministério dos Transportes, e o Estado de Minas Gerais em ... de ... de 2005; a Lei Estadual n.º 14.868, de 16 de dezembro de 2003; a Lei Estadual n.º 14.869, de 16 de dezembro de 2003; e o Decreto Estadual n.º 43.702, de 16 de dezembro de 2003. As referências às normas aplicáveis no Brasil e às aplicáveis especialmente a este EDITAL deverão também ser compreendidas como referências à legislação que as substituam ou modifiquem.

A sessão pública para a abertura do envelope contendo a PROPOSTA ECONÔMICA dos LICITANTES habilitados, será realizada em data, hora e local a serem designados pelo DER/MG, após a publicação, no órgão de imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, do resultado relativo à análise da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e da proposta relativa à METODOLOGIA DE EXECUÇÃO dos LICITANTES.

Belo Horizonte, de de 2006

José Elcio Santos Monteze
Diretor Geral do DER/MG

A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO alerta que o horário estabelecido acima se refere à entrega do envelope no local determinado para a sessão pública. Não serão abertos precedentes para recebimento de envelopes não entregues até o horário estabelecido, sob a alegação de que o LICITANTE, naquele horário, já se encontrava nas dependências do DER/MG.

CLÁUSULA 1 - DEFINIÇÕES

1.1. São adotadas as siglas, termos e expressões cujo significado encontra-se a seguir apontado, sem prejuízo de outros inseridos neste EDITAL ou em seus ANEXOS ou, ainda, na legislação aplicável. As siglas, termos e expressões listados no singular incluem o plural e vice-versa:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

- **ADJUDICATÁRIO:** LICITANTE ao qual será adjudicado o objeto da LICITAÇÃO;
- **ANEXO:** consiste em cada um dos documentos anexos ao presente EDITAL;
- **ÁREAS DE SERVIÇO:** instalações destinadas aos equipamentos e instalações de apoio aos usuários a serem estabelecidas ao longo da RODOVIA, que deverão atender aos aspectos de segurança, higiene e salubridade, bem como à sua integração à paisagem em que se situam, e proporcionar serviço de qualidade, cômodo, seguro, rápido e eficiente.
- **CAPITAL INICIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DA CONCESSIONÁRIA:** será correspondente a, pelo menos, 10% (dez por cento) do total dos investimentos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA para atendimento às CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, às INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS, às OBRAS DE MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE, às atividades de OPERAÇÃO DA RODOVIA e de CONSERVAÇÃO DA RODOVIA, e aos indicadores constantes do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, conforme indicado na PROPOSTA ECONÔMICA do ADJUDICATÁRIO da LICITAÇÃO;
- **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO:** é a comissão encarregada de realizar os procedimentos pertinentes à LICITAÇÃO, conforme previsto neste EDITAL e na LEGISLAÇÃO.
- **CONCESSÃO PATROCINADA:** consiste na concessão, na modalidade patrocinada, prevista na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para a exploração da RODOVIA durante o prazo estabelecido no EDITAL e no CONTRATO;
- **CONCESSIONÁRIA:** é a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE, a ser constituída pelo LICITANTE vencedor da LICITAÇÃO, com a qual será celebrado o CONTRATO;
- **CONCORRÊNCIA:** é a modalidade de licitação adotada pelo DER/MG para a outorga da CONCESSÃO PATROCINADA;
- **CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA:** são as condições mínimas a serem atendidas pela CONCESSIONÁRIA durante o



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

prazo de vigência do CONTRATO, abrangendo as etapas de RECUPERAÇÃO FUNCIONAL e de RESTAURAÇÃO DA RODOVIA, conforme indicado no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;

- **COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL** de CONCESSIONÁRIA: é o compromisso assumido pelo LICITANTE, nos termos de carta modelo constante do ANEXO XII - MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES;

- **CONSERVAÇÃO DA RODOVIA**: compreende o conjunto de ações a ser desenvolvido e executado pela CONCESSIONÁRIA para atender à função básica de operação, dela dependendo o aspecto da RODOVIA, seu conforto e segurança, como também os níveis de gastos futuros em obras de recuperação;

- **CONSÓRCIO**: são as pessoas jurídicas e/ou entidades que se consorciaram para participar da LICITAÇÃO;

- **CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA (CAT)**: é a contraprestação a ser paga pelo DER/MG à CONCESSIONÁRIA durante o prazo da CONCESSÃO, conforme previsto no CONTRATO;

- **CONTRAPRESTAÇÃO BÁSICA ADICIONAL À TARIFA (CBAT)**: é a contraprestação a ser paga pelo DER/MG à CONCESSIONÁRIA, indicada na PROPOSTA ECONÔMICA do ADJUDICATÁRIO da LICITAÇÃO;

- **CONTRATO**: é o Contrato de CONCESSÃO PATROCINADA a ser celebrado entre o DER/MG e a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (Contratada), a ser constituída pelo ADJUDICATÁRIO, nos termos do art. 9º da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;

- **DOCUMENTAÇÃO**: é a documentação a ser apresentada pelo LICITANTE, conforme exigido neste EDITAL;

- **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**: consiste na DOCUMENTAÇÃO relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal dos LICITANTES;

- **DOCUMENTOS**: constituem quaisquer documentos pertinentes ao procedimento administrativo licitatório;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

- DER/MG: é o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais;
- EDITAL: consiste no conjunto de instruções e regras que orientam o processo de seleção de candidatos à CONCESSÃO PATROCINADA;
- EMPRESA: é o LICITANTE que participa isoladamente da presente LICITAÇÃO;
- FAIXAS MARGINAIS DA RODOVIA: são as faixas marginais da RODOVIA a serem exploradas exclusivamente pelo DER/MG;
- FISCALIZAÇÃO DO DER/MG: é a pessoa física ou jurídica designada ou contratada pelo DER/MG para fiscalizar a exploração da RODOVIA pela CONCESSIONÁRIA.
- GARANTIA DE PROPOSTA DO LICITANTE: é a garantia da proposta do LICITANTE, fornecida por seguradoras internacionais ou nacionais, nos moldes do item 23.5 deste EDITAL;
- GARANTIDOR: é a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CODEMIG, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Aimorés 1.697, Bairro de Lourdes, CEP 30.140-071 inscrita no CNPJ sob o n.º 19.791.581/0001-55, que assumirá responsabilidade em face da CONCESSIONÁRIA pelo cumprimento da obrigação do DER/MG de pagamento da CAT, conforme previsto no CONTRATO;
- INSTITUIÇÃO(ÇÕES) FINANCIADORA(S): instituição(ções) financeira(s) que suprirá(ão) a CONCESSIONÁRIA com os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento do SERVIÇO;
- INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS: são as obras e instalações que deverão ser obrigatoriamente executadas pela CONCESSIONÁRIA durante o prazo da CONCESSÃO e disponibilizadas aos usuários da RODOVIA, indicadas no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;
- LEGISLAÇÃO: as normas legais e regulamentares aplicáveis a esta Licitação e ao regime jurídico da CONCESSÃO PATROCINADA.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

-
- LICITAÇÃO: o processo de seleção para a escolha de LICITANTE individual ou de CONSÓRCIO para efeito de outorga da CONCESSÃO PATROCINADA, nos termos deste EDITAL;
 - LICITANTE: é a EMPRESA ou CONSÓRCIO que participe desta LICITAÇÃO;
 - METODOLOGIA DE EXECUÇÃO: é o conjunto de informações técnicas e operacionais, abrangendo os estudos e as propostas do LICITANTE para a exploração da CONCESSÃO PATROCINADA, mediante a prestação do SERVIÇO ADEQUADO e a realização dos SERVIÇOS DELEGADOS, o controle dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, e o apoio aos SERVIÇOS NÃO DELEGADOS, a ser elaborada de acordo com o ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;
 - MUNICÍPIOS: são os municípios limítrofes a RODOVIA;
 - NOTA DO QID: é a nota destinada a aferir o desempenho da CONCESSIONÁRIA no cumprimento dos indicadores constantes do ANEXO V- QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO;
 - OBRAS DE MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE: são as obras indicadas no ANEXO VI – DIRETRIZES PARA A APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;
 - OPERAÇÃO DA RODOVIA: compreende o conjunto de ações operacionais a ser desenvolvido e executado pela CONCESSIONÁRIA para a prestação do SERVIÇO ADEQUADO aos usuários da RODOVIA;
 - PARTES: consistem no DER/MG, por delegação do PODER CONCEDENTE, e na CONCESSIONÁRIA, que celebrarão o CONTRATO;
 - PERÍODO DE ATENDIMENTO: das horas (por extenso) às horas (por extenso) e das horas (por extenso) às horas (por extenso), em dias úteis;
 - PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA ou PNR: plano a ser elaborado pelo LICITANTE, nos termos do ANEXO VII.- DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ECONÔMICA, cobrindo o prazo integral da CONCESSÃO PATROCINADA, com todos os elementos



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

operacionais e financeiros relativos à execução do CONTRATO, assim como uma descrição das ações pretendidas pelo LICITANTE visando a exploração da RODOVIA, observadas as CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, as INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS, as OBRAS DE MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE, as atividades de OPERAÇÃO DA RODOVIA e de CONSERVAÇÃO DA RODOVIA, e os indicadores constantes do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO;

- PLANO DE SEGURANÇA DA RODOVIA: é o plano a ser elaborado pelo LICITANTE, como parte integrante do PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA, em conformidade com o ANEXO VII - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ECONÔMICA;

- PODER CONCEDENTE: é o Estado de Minas Gerais, por intermédio do DER/MG;

- PROJEÇÕES FINANCEIRAS: o conjunto de informações econômico-financeiras incluídas no PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA;

- PROPOSTA ECONÔMICA: solicitação de CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA necessária para atender aos requisitos de EQUIDADE e MODICIDADE da TARIFA DO PEDÁGIO, baseando-se no SERVIÇO ADEQUADO a ser prestado aos usuários da RODOVIA, conforme indicado no ANEXO VII – DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ECONÔMICA, observando as CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, as INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS, as OBRAS DE MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE, as atividades de OPERAÇÃO DA RODOVIA e de CONSERVAÇÃO DA RODOVIA, e os indicadores constantes do ANEXO V – QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO;

- QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO ou QID: é o quadro constante do ANEXO V - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO que define os indicadores destinados a aferir a qualidade do SERVIÇO prestado pela CONCESSIONÁRIA;

- RECUPERAÇÃO FUNCIONAL: é a recuperação da RODOVIA de forma a dotá-la das condições de conforto e segurança adequadas ao tráfego, conforme indicado no ANEXO VI – DIRETRIZES PARA A APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;



- **RESTAURAÇÃO DA RODOVIA:** é o conjunto de todas as intervenções físicas que a CONCESSIONÁRIA deverá realizar para adequar o SISTEMA EXISTENTE às condições indicadas no ANEXO VI – DIRETRIZES PARA A APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, e aos indicadores constantes do ANEXO V - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO;
- **RECEITA DE PEDÁGIO:** é a receita auferida pela CONCESSIONÁRIA mediante a cobrança de pedágio aos usuários da RODOVIA;
- **RODOVIA:** é a Rodovia MG – 050, Trecho entroncamento BR 262 (Juatuba) – Itaúna - Divinópolis – Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, e o Trecho São Sebastião do Paraíso - Divisa MG/SP da Rodovia BR-265/491, que compõem a CONCESSÃO PATROCINADA, descritos mais detalhadamente no ANEXO III – DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DO SISTEMA EXISTENTE;
- **SERVIÇOS:** são os serviços objeto da presente LICITAÇÃO, compreendendo o SERVIÇO ADEQUADO, os SERVIÇOS COMPLEMENTARES e os SERVIÇOS DELEGADOS, e excetuando os SERVIÇOS NÃO DELEGADOS;
- **SERVIÇO ADEQUADO:** é o serviço a ser prestado pela CONCESSIONÁRIA, cujas características estão definidas no art. 6º, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, observando as CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, as INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS, as OBRAS DE MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE, as atividades de OPERAÇÃO DA RODOVIA e de CONSERVAÇÃO DA RODOVIA, e os indicadores constantes do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO;
- **SERVIÇOS COMPLEMENTARES:** são os serviços considerados convenientes, mas não essenciais, para manter o SERVIÇO ADEQUADO em toda a RODOVIA, a serem prestados por terceiros que não a CONCESSIONÁRIA;
- **SERVIÇOS DELEGADOS:** são os serviços a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA, compreendidos aqueles necessários à prestação do SERVIÇO objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, incluindo as CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, as INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS, as OBRAS DE MELHORIA E



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE e as atividades de OPERAÇÃO DA RODOVIA e de CONSERVAÇÃO DA RODOVIA;

- SERVIÇOS NÃO DELEGADOS: são os serviços de competência exclusiva da Administração Pública, não compreendidos no objeto da CONCESSÃO PATROCINADA;
- SISTEMA EXISTENTE: é o atual conjunto de pistas de rolamento que compõem a RODOVIA, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidos, nos termos da legislação específica aplicável ao setor, detalhado no ANEXO III - DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DO SISTEMA EXISTENTE;
- SISTEMA RODOVIÁRIO: é o conjunto composto, na situação atual, pelo SISTEMA EXISTENTE e, no futuro, quando existentes, pelas ampliações, alterações e modernizações decorrentes da prestação do SERVIÇO objeto da CONCESSÃO PATROCINADA;
- SECRETARIA: a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais;
- SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO: é a sociedade anônima a ser constituída pelo ADJUDICATÁRIO da LICITAÇÃO, como pré-condição para a celebração do CONTRATO;
- TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO: é a TARIFA DO PEDÁGIO indicada no item 3 do ANEXO VIII - ESTRUTURA TARIFÁRIA;
- TARIFA DE PEDÁGIO: é o preço a ser pago pelos usuários em decorrência da utilização da RODOVIA ou TRECHOS DE RODOVIA que compõem a RODOVIA;
- VERIFICADOR INDEPENDENTE: é a empresa selecionada pelo DER/MG, mediante licitação, a qual será responsável pelo monitoramento permanente do processo de aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA, mediante a utilização do sistema de QID, e para certificação da aferição que resultará na NOTA DO QID que determinará o percentual do cumprimento dos índices previstos no QID.

CLÁUSULA 2 - DOS ANEXOS AO EDITAL



2.1. Integram este EDITAL os seguintes ANEXOS:

ANEXO I - CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO Nº...../05

ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO

ANEXO III - DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DO SISTEMA
EXISTENTE

ANEXO IV - RELATÓRIO DE PASSIVO AMBIENTAL

ANEXO V - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO

ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA
METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

ANEXO VII - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA
PROPOSTA ECONÔMICA

ANEXO VIII - ESTRUTURA TARIFÁRIA

ANEXO IX - CRITÉRIOS DE ANÁLISE DA METODOLOGIA DE
EXECUÇÃO

ANEXO X – PLANO DE CONTAS DA CONCESSIONÁRIA

ANEXO XI - TABELA DE MULTAS

ANEXO XII - MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES

ANEXO XIII - ESCRITURA PÚBLICA

ANEXO XIV - ESCLARECIMENTOS À PROPOSTA

2.1. Os ANEXOS integrantes do EDITAL têm por finalidade orientar os LICITANTES no preenchimento da DOCUMENTAÇÃO exigida no EDITAL.

2.2. Nos termos do § 2.º do artigo 40 da Lei n.º 8666/93, os ANEXOS constituem parte integrante do EDITAL, como se seus conteúdos nele estivessem transcritos e vinculam os LICITANTES.

CLÁUSULA 3 - DOS TÍTULOS E DAS REMISSÕES



3.1. Os títulos dos Capítulos, Seções e Subseções deste EDITAL e de seus ANEXOS não fazem parte da regulamentação aplicável a esta LICITAÇÃO ou às relações contratuais que dela emergirão, sendo incluídos apenas por comodidade de expressão.

3.2. As referências ao longo dos itens deste EDITAL, salvo se do contexto resultar sentido diferente, são efetuadas para itens do próprio EDITAL.

CLÁUSULA 4 - DO OBJETO DA CONCORRÊNCIA

4.1. Este EDITAL tem como objeto a CONCESSÃO PATROCINADA, conforme definido na Lei nº 11.079/04, para a exploração da RODOVIA.

4.2. Constitui pressuposto da CONCESSÃO PATROCINADA a adequada qualidade do SERVIÇO, considerando-se como tal o que satisfizer às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia, equidade e modicidade das tarifas.

4.3. A qualidade será aferida pelo atendimento, ou não, pela CONCESSIONÁRIA, das CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, das INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS, e dos indicadores constantes do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

4.4. A regularidade e a continuidade serão caracterizadas pela prestação contínua dos SERVIÇOS.

4.5. A eficiência e a segurança serão caracterizadas pela consecução e preservação dos parâmetros constantes da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO apresentada pelo ADJUDICATÁRIO da LICITAÇÃO e pelos indicadores constantes do ANEXO V - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

4.6. A atualidade será caracterizada pela modernidade dos equipamentos, das instalações e das técnicas de prestação do SERVIÇO, com a absorção dos avanços tecnológicos advindos ao longo do prazo da CONCESSÃO PATROCINADA e que, definitivamente, tragam benefícios para os usuários, respeitadas as disposições do CONTRATO.

4.7. A generalidade será caracterizada com a prestação não discriminatória do SERVIÇO a todo e qualquer usuário.



4.8. A cortesia será caracterizada pelo atendimento respeitoso e imediato a todos os usuários.

4.9. A modicidade será caracterizada pela menor tarifa média aplicável aos usuários, capaz de garantir a prestação dos SERVIÇOS e manter o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

4.10. A equidade será caracterizada pela garantia de que o maior número possível de usuários, possuidores de veículos pertencentes à mesma categoria, pagará a mesma tarifa média por quilômetro rodado, sem discriminação de acesso.

4.11. A prestação dos SERVIÇOS deverá obedecer ao disposto na LEGISLAÇÃO, nas normas complementares, nos padrões e nos procedimentos dispostos no presente EDITAL e seus ANEXOS.

4.12. A prestação dos SERVIÇOS, pela CONCESSIONÁRIA, na RODOVIA, compreenderá:

I – a execução, gestão e fiscalização dos SERVIÇOS DELEGADOS;

II – o apoio na execução dos SERVIÇOS NÃO DELEGADOS;

III – a gestão e fiscalização dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES.

4.13. A prestação do SERVIÇO na RODOVIA deverá obedecer ao disposto na LEGISLAÇÃO, nas normas complementares, nos padrões e nos procedimentos dispostos no presente EDITAL e seus ANEXOS, bem como na proposta de METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e na PROPOSTA ECONÔMICA do ADJUCATÁRIO da LICITAÇÃO.

4.14. A CONCESSIONÁRIA fará jus às fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados conforme previsto no CONTRATO.

4.15. São de responsabilidade do DER/MG as providências necessárias à declaração de utilidade pública dos imóveis a serem desapropriados para a realização do objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, incluindo aqueles de uso temporário ou objeto de instituição de servidões, conforme previsto no CONTRATO.



4.16. O DER/MG providenciará, mediante proposta da CONCESSIONÁRIA, a declaração de utilidade pública, pelo PODER CONCEDENTE, dos bens e áreas necessários à execução dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, responsabilizando-se a CONCESSIONÁRIA pela promoção, em tempo hábil, das desapropriações e instituição das servidões administrativas, bem como pelas respectivas indenizações e demais encargos relacionados, na forma autorizada pelo Poder Público.

4.17. Caberá a cada LICITANTE realizar, por sua própria conta e risco, as investigações, os estudos e desenvolver os projetos de engenharia necessários para (i) a execução das INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS e das atividades para atender as CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, conforme indicado no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, e das OBRAS DE MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE que forem julgadas adequadas ou necessárias pelo LICITANTE e das intervenções necessárias para atendimento dos requisitos de segurança estabelecidos no ANEXO VII – DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ECONÔMICA; e (ii) para atender aos indicadores constantes do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO e permitir a apresentação da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e da PROPOSTA ECONÔMICA.

CLÁUSULA 5 - DO MECANISMO DE AFERIÇÃO E PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA

5.1. Além da cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO, conforme previsto na Cláusula 8, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, proporcionalmente ao seu desempenho, conforme indicado pela NOTA DO QID.

5.1.1. A CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA é o valor a ser pago mensalmente pelo DER/MG à CONCESSIONÁRIA, nas condições previstas no CONTRATO, para assegurar à CONCESSIONÁRIA a complementação das receitas necessárias para a prestação do SERVIÇO aos usuários da RODOVIA, atendendo às CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, às INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS e às atividades de OPERAÇÃO DA RODOVIA e de CONSERVAÇÃO DA RODOVIA, conforme indicado no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, e aos



indicadores constantes do ANEXO V - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

5.1.2. O valor da CONTRAPRESTAÇÃO BÁSICA ADICIONAL À TARIFA é aquele indicado na PROPOSTA ECONÔMICA do ADJUDICATÁRIO da LICITAÇÃO.

5.2. O valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA a ser pago a cada mês à CONCESSIONÁRIA poderá ser inferior ao valor indicado na PROPOSTA ECONÔMICA do ADJUDICATÁRIO da LICITAÇÃO em razão do não cumprimento integral, pela CONCESSIONÁRIA, dos índices constantes do QID, conforme resultar da aferição feita pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.

5.3. A aferição dos índices do QID será feita mensalmente pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, utilizando sistema especialmente desenvolvido para este fim. Até o 5º dia do mês subsequente ao vencido será emitido relatório pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, do qual constará a NOTA DO QID.

5.3.1. Caso não seja, por qualquer razão, emitido o relatório referido no item 5.3 pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, no prazo lá estabelecido, a NOTA DO QID será atribuída pela CONCESSIONÁRIA para os fins do item 5.5 até o 10º dia do mês subsequente ao vencido.

5.3.1.1. Em caso de divergência do DER/MG em relação à NOTA DO QID atribuída pela CONCESSIONÁRIA e não havendo acordo entre as PARTES até o 5º dia contado da data em que o DER/MG houver manifestado, por escrito, sua divergência, será o assunto submetido ao COMITÊ TÉCNICO previsto na Cláusula 69 do CONTRATO. A decisão do COMITÊ TÉCNICO será definitiva, sendo os eventuais acertos, para maior ou para menor, no valor da CAT do respectivo mês, compensados no próximo pagamento subsequente à decisão.

5.3.1.2. Sobre as eventuais diferenças pagas a maior ou a menor à CONCESSIONÁRIA incidirá correção monetária calculada com base no mesmo índice adotado para o reajuste da CBAT e da TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO.

5.3.1.3. Até que seja contratado o VERIFICADOR INDEPENDENTE, na forma e no prazo estabelecidos no do subitem XV do item 64.1 do CONTRATO, ou seja o mesmo, por qualquer razão, substituído ao longo



do período de concessão, prevalecerá o mecanismo de aferição da NOTA DO QID prevista no item 5.3.1.

5.3.2. O sistema de aferição do QID será disponibilizado no site do DER/MG, “on line”, e poderá ser acessado pela CONCESSIONÁRIA para fins de acompanhamento.

5.3.3. A Auditoria Geral do Estado de Minas Gerais, dentro de suas atribuições legais, poderá verificar a exatidão do processo de aferição, bem como o integral atendimento das obrigações do VERIFICADOR INDEPENDENTE previstas no contrato celebrado por este com o DER/MG.

5.4. Observado o procedimento previsto nos itens precedentes, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA a partir do momento em que:

(i) a RECUPERAÇÃO FUNCIONAL da RODOVIA e as INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS tiverem sido integralmente realizadas, conforme indicado no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, atestadas pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, nos termos do item 34.2 do CONTRATO; e

(ii) haja a disponibilização do SERVIÇO aos usuários da RODOVIA, com as seguintes condições mínimas aferida pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE: (a) inexistência de buracos e panelas; (b) NOTA DO QID do subgrupo de indicadores de Segurança $\geq 8,0$ (oito); e (c) NOTA DO QID do subgrupo de indicadores de Condição de superfície $\geq 8,0$ (oito).

5.5. Uma vez realizado o processo de aferição do desempenho previsto no item 5.3.1, a CONCESSIONÁRIA emitirá a fatura correspondente à CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA referente ao mês vencido.

5.5.1. Para os fins de pagamento, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao DER/MG a respectiva fatura correspondente à CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA do mês vencido, juntamente com cópia do certificado emitido pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE contendo a NOTA DO QID ou, sendo o caso, o relatório elaborado pela CONCESSIONÁRIA contendo a NOTA DO QID



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

por ela aferida, conforme o procedimento previsto no item 5.3 e 5.3.1. A entrega da documentação será confirmada pelo DER/MG, através de protocolo de recebimento, cuja cópia será encaminhada ao GARANTIDOR juntamente com cópia da documentação apresentada pela CONCESSIONÁRIA.

5.5.2. O pagamento das faturas será feito pelo DER/MG à CONCESSIONÁRIA, dentro de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, acompanhada da documentação referida no item precedente.

5.5.2.1. Caso a CONCESSIONÁRIA tenha cedido à(s) INSTITUIÇÃO(ÇÕES) FINANCEIRA(S) seus direitos creditórios relativos à CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, os pagamentos respectivos serão efetuados pelo DER/MG diretamente a esta(s).

5.5.3. O pagamento das faturas relacionadas à CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA será feito mediante crédito das importâncias correspondentes em favor da CONCESSIONÁRIA, em conta corrente mantida junto ao banco por esta indicado ao DER/MG, valendo o respectivo aviso de crédito emitido pelo banco como recibo.

5.5.4. Na data de efetivação do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, o DER/MG encaminhará ao GARANTIDOR cópia do o respectivo aviso de crédito emitido pelo banco, conforme previsto no item precedente.

5.5.5. Caso o aviso de crédito emitido pelo banco, conforme previsto no item 5.5.3, não seja enviado pelo DER/MG ao GARANTIDOR até o 1º dia útil contado da data prevista no item 5.5.2, ficará este automaticamente liberado para efetuar o pagamento devido à CONCESSIONÁRIA, na forma prevista na Cláusula 38 do CONTRATO, contra a apresentação, por esta, de cópia dos documentos indicados no item 5.5.1 e de declaração escrita, conforme modelo constante no ANEXO XI do CONTRATO, de que o DER/MG deixou de efetuar o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA à CONCESSIONÁRIA.

5.6. No caso de inadimplemento, por parte do DER/MG, no pagamento da CAT à CONCESSIONÁRIA, o débito será acrescido de multa de 2% (dois por cento), e juros, segundo a taxa em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Estadual até a data da quitação da obrigação;



5.6.1. Sem prejuízo do direito da CONCESSIONÁRIA de acionar a garantia prevista na Cláusula 38 do CONTRATO, poderá esta efetuar a compensação do débito, até o limite possível, com a parcela de ganhos a serem compartilhados que eventualmente couber ao DER/MG nos termos da Cláusula 38 deste EDITAL.

CLÁUSULA 6 - DO REAJUSTE DA CONTRAPRESTAÇÃO BÁSICA ADICIONAL À TARIFA

6.1. O valor da CONTRAPRESTAÇÃO BÁSICA ADICIONAL À TARIFA será reajustado automaticamente, em periodicidade anual, de modo a refletir a inflação medida pelo IPCA-IBGE, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CP_R = CP \times \frac{(IPCA_i - IPCA_0)}{IPCA_0}$$

onde:

CP_R - é o valor da CAT reajustada;

CP - é o valor da CBAT, em valores de dezembro de 2005, definida pela proposta do ADJUDICATÁRIO da LICITAÇÃO;

$IPCA_0$ - é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, relativo ao mês de dezembro de 2005, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

$IPCA_i$ - é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

CLÁUSULA 7 - DA GARANTIA DE PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA



7.1. O GARANTIDOR ficará solidariamente responsável, em face da CONCESSIONÁRIA, pelo cumprimento das obrigações do DER/MG de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, conforme previsto na Cláusula 38 do CONTRATO.

CLÁUSULA 8 - DA LOCALIZAÇÃO DE PRAÇAS E COBRANÇA DE PEDÁGIO

8.1. Além de fazer jus ao recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL à TARIFA prevista na Cláusula 5, a CONCESSIONÁRIA tem o direito de cobrar pedágio no SISTEMA RODOVIÁRIO.

8.1.1. O dimensionamento e demais características das praças de pedágio deverão ser estabelecidos de forma que causem o mínimo desconforto e perda de tempo aos usuários, observados os critérios definidos no ANEXO VI – DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e no ANEXO VII – DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ECONÔMICA.

8.1.2. As praças de pedágio deverão integrar, além dos equipamentos e serviços necessários à cobrança, instalações sociais para o pessoal da CONCESSIONÁRIA, e ser dotadas, tal com os respectivos acessos, dos meios de segurança adequados.

8.1.3. A localização das praças de pedágio será conforme indicado no PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA do ADJUDICATÁRIO da LICITAÇÃO.

8.2. As categorias de veículos para efeito de aplicação das TARIFAS DE PEDÁGIO são as constantes do ANEXO VIII – ESTRUTURA TARIFÁRIA.

8.3. As TARIFAS DE PEDÁGIO a serem cobradas dos usuários do SISTEMA RODOVIÁRIO serão calculadas pela aplicação dos conceitos de EQUIDADE e MODICIDADE à quilometragem média percorrida pelos usuários e, para o início de operação do SISTEMA EXISTENTE, serão as definidas no ANEXO VIII – ESTRUTURA TARIFÁRIA.

8.4. A cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO dos usuários da RODOVIA, assim como o pagamento da CAT mensal à CONCESSIONÁRIA, se iniciará somente a partir do momento em que:



(i) a RECUPERAÇÃO FUNCIONAL da RODOVIA e as INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS tiverem sido integralmente realizadas, conforme indicado no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, atestadas pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, nos termos do item 34.2 do CONTRATO; e

(ii) haja a disponibilização do SERVIÇO aos usuários da RODOVIA, com as seguintes condições mínimas aferida pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE: (a) inexistência de buracos e panelas; (b) NOTA DO QID do subgrupo de indicadores de Segurança $\geq 8,0$ (oito); e (c) NOTA DO QID do subgrupo de indicadores de Condição de superfície $\geq 8,0$ (oito).

8.5. As alterações nas TARIFAS DE PEDÁGIO nas condições previstas no CONTRATO, deverão ser divulgadas de forma ampla aos usuários, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

8.5.1. Caberá à CONCESSIONÁRIA adotar, por sua conta e risco, mecanismos contra a utilização, pelos usuários, de rotas alternativas com o objetivo de evitar praças de pedágio.

CLÁUSULA 9 - DO REAJUSTE DA TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO

9.1. O valor da TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO será reajustado automaticamente, em periodicidade anual, de modo a refletir a inflação medida pelo IPCA-IBGE, de acordo com a seguinte fórmula:

$$TB_R = TB \times \frac{(IPCA_i - IPCA_0)}{IPCA_0}$$

onde:

TB_R - é o valor da TARIFA DE PEDÁGIO reajustada;

TB - é o valor da TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO referente ao mês de dezembro de 2005;



$IPCA_0$ - é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, relativo de dezembro de 2005, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

$IPCA_i$ - é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

9.2. As TARIFAS DE PEDÁGIO, que resultarem da aplicação do reajuste, serão cobradas dos usuários da RODOVIA, com duas casas decimais, arredondando-se para a divisão monetária conforme indicado no ANEXO VIII – ESTRUTURA TARIFÁRIA.

9.3. Além do reajuste a que se refere esta cláusula, o valor da TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO será revisto para restabelecer a relação que as PARTES pactuaram inicialmente entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e a retribuição dos usuários dos SERVIÇOS, com a finalidade de assegurar o inicial equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, conforme as regras estabelecidas na Cláusula 29 do CONTRATO.

CLÁUSULA 10 - DO PROCEDIMENTO GERAL

10.1. Esta LICITAÇÃO será processada e julgada por uma COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, designada por Portaria do Diretor-Geral do DER/MG, obedecidas as regras gerais estabelecidas nos subitens seguintes.

10.2. A DOCUMENTAÇÃO exigida neste EDITAL, a ser apresentada pelos LICITANTES, será recebida, no local, dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste EDITAL, em invólucros opacos e fechados, pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, em sessões públicas, na presença de, pelo menos, 3 (três) de seus membros.

10.3. Somente serão admitidos envelopes entregues direta e pessoalmente por representante do LICITANTE, munido de instrumento de mandato, não sendo admitida documentação ou propostas remetidas pelo correio ou por qualquer outra forma de entrega.



10.4. O ato de abertura dos envelopes poderá ser assistido por qualquer pessoa, mas só poderão participar os representantes dos LICITANTES, credenciados por escrito, sendo vedada a interferência de assistentes ou de quaisquer outras pessoas.

10.5. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, a proposta de METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e a PROPOSTA ECONÔMICA, quando abertos os respectivos envelopes entregues pelos LICITANTES, serão rubricadas pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos LICITANTES credenciados presentes à sessão.

10.6 Em qualquer fase da LICITAÇÃO será possível o saneamento de falhas, de complementação de insuficiências, e de correções de caráter formal na DOCUMENTAÇÃO entregue, desde que o(s) LICITANTE(S) possa(m) satisfazer às exigências dentro de 3 (três) dias úteis a contar da notificação da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

10.6.1. Os documentos que poderão ser juntados no prazo referido no item 10.6 são aqueles cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente e demonstrada na data de apresentação da DOCUMENTAÇÃO.

10.7. Ficará aberta aos LICITANTES a possibilidade de examinar a DOCUMENTAÇÃO apresentada pelos demais LICITANTES após a respectiva abertura dos envelopes correspondentes.

10.8. Na hipótese do item anterior, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO suspenderá a sessão em que houver sido aberto o respectivo envelope, retomando-a em dia, local e hora estabelecidos na reunião, a serem publicados no órgão da imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, lavrando ata na qual conste essa decisão, que deverá ser assinada por todos os representantes credenciados, para tomarem ciência da data de prosseguimento da sessão, à qual deverão comparecer obrigatoriamente.

10.9. Cada LICITANTE terá um dia para exame da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e da proposta de METODOLOGIA DE EXECUÇÃO dos demais participantes do certame licitatório, e os LICITANTES que forem considerados habilitados terão um dia para exame da PROPOSTA ECONÔMICA dos demais.

10.9.1. O exame da DOCUMENTAÇÃO será feito em local a ser definido pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, no horário das horas



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

(por extenso) às horas (por extenso), não excedendo a 3 (três) LICITANTES por dia, de conformidade com escala de presença proposta pelos LICITANTES e aprovada unanimemente pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, no decorrer da sessão de abertura dos respectivos envelopes.

10.10 Após o exame da DOCUMENTAÇÃO, os representantes credenciados dos LICITANTES poderão usar da palavra para solicitarem esclarecimentos, registrarem protestos ou observações.

10.11. Será lavrada ata da respectiva sessão de exame da DOCUMENTAÇÃO que, após lida em voz alta e aprovada, será assinada por todos os presentes.

10.12. As informações, bem como toda a correspondência, documentos e propostas relativos aos procedimentos da LICITAÇÃO deverão ser redigidos em português.

10.13. Os documentos e as propostas relativos aos procedimentos da LICITAÇÃO dos LICITANTES estrangeiros, redigidos em idioma estrangeiro, deverão estar acompanhados de tradução feita por tradutor juramentado e devidamente autenticados por notário e legalizados no Consulado Brasileiro no país de origem.

10.14. No caso de divergência entre documento ou proposta no idioma original e a tradução, prevalecerá o texto traduzido.

10.15. Não será exigida a tradução de catálogos, publicações e informações adicionais, desde que redigidas em espanhol ou em inglês.

CLÁUSULA 11 - DOS RECURSOS

11.1. Da decisão da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO que julgar a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e a PROPOSTA ECONÔMICA dos LICITANTES, caberá recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da publicação, no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, do respectivo julgamento.

11.2. Interposto o recurso, será comunicado aos demais LICITANTES que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



11.3. O recurso será dirigido ao Diretor Geral do DER/MG, por intermédio do Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

11.4. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, ao Diretor Geral do DER/MG. Neste caso, a decisão deverá ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que o recurso for encaminhado à autoridade superior.

11.5. Nenhum prazo de recurso se inicia, ou corre, sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao LICITANTE interessado.

CLÁUSULA 12 - DA DOCUMENTAÇÃO DISPONIBILIZADA PELO DER/MG

12.1. O DER/MG disponibilizará aos LICITANTES, para consulta em “data room” localizado em sua sede, os documentos relacionados à presente LICITAÇÃO, inclusive estudos técnicos realização pelo DER/MG em relação à RODOVIA.

12.2. Os documentos e informações disponibilizados pelo DER/MG aos LICITANTES para consulta deverão ser considerados, para todos os fins, como meramente informativos, não assumindo o DER/MG, em consequência, qualquer responsabilidade por sua correção, adequação ou suficiência.

CLÁUSULA 13 - DAS PASTAS

13.1. A pasta contendo cópia dos documentos e informações disponibilizados pelo DER/MG conforme previsto no item 12.1 poderá ser retirada pelos interessados que houverem adquirido o EDITAL na sede do DER/MG, localizado na Avenida dos Andradas, n.º 1.120, em Belo Horizonte, Minas Gerais, das às horas e das às horas a partir do dia ... de ... (mês) de ... (ano), durante o PERÍODO DE ATENDIMENTO, mediante a apresentação do respectivo comprovante de pagamento.



CLÁUSULA 14 - DO TIPO DE CONCORRÊNCIA E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

14.1. A CONCORRÊNCIA será do tipo “Menor Contraprestação Adicional à Tarifa”, conforme previsto no Inciso II, letra “a”, do art. 12 da Lei nº 11.079/04.

CLÁUSULA 15 - DO PRAZO DA CONCESSÃO PATROCINADA

15.1. O prazo da CONCESSÃO PATROCINADA é de 25 (vinte e cinco) anos, não sendo admitida prorrogação exceto nos casos previstos no CONTRATO.

CLÁUSULA 16 - DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS SOBRE A CONCORRÊNCIA

16.1. Os LICITANTES poderão, até 15 (quinze) dias corridos antes da apresentação da DOCUMENTAÇÃO exigida nos termos deste EDITAL, requerer ao DER/MG informações e esclarecimentos de dúvidas sobre a LICITAÇÃO, por carta ou por via telegráfica (que pode incluir telex ou transmissão por fac-símile), aos cuidados da Assessoria de Custos e Licitação (ACL) do DER/MG, no seguinte endereço:

Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais -
DER/MG

Avenidas dos Andradas, nº 1.120, 10º andar, Sala 1.009

Belo Horizonte - MG

Tel.: 0XX – 31-235.12.72

Fax: 0XX – 31-235.10.04

16.2. Não sendo formulados pedidos de informações e esclarecimentos de dúvidas sobre a LICITAÇÃO até o prazo acima estabelecido, pressupõe-se que os elementos fornecidos no EDITAL são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de propostas, não cabendo, portanto, aos LICITANTES, direito a qualquer reclamação posterior.

16.3. As consultas serão respondidas por escrito, por intermédio de fax, com as informações ou esclarecimentos solicitados até 10 (dez) dias corridos antes da data que for estabelecida para a entrega da DOCUMENTAÇÃO exigida neste EDITAL.



16.4. As consultas e as respostas serão transmitidas à consulente e aos demais LICITANTES, bem como serão afixadas no Quadro de Avisos e disponibilizadas no *site* do DER/MG, sem identificação dos seus autores. Em se tratando de aditamentos, serão os mesmos divulgados da mesma forma que se deu a divulgação do texto original do EDITAL. Os esclarecimentos e aditamentos passarão a fazer parte integrante do EDITAL.

16.5. Somente terão valor os esclarecimentos, interpretações, correções e/ou alterações escritas, fornecidas pela Assessoria de Custos e Licitação (ACL) do DER/MG, segundo o item anterior.

16.6. Durante o período compreendido entre a data de entrega da DOCUMENTAÇÃO exigida neste EDITAL e a data de publicação do resultado do julgamento da LICITAÇÃO, os LICITANTES não poderão entrar em contato com o DER/MG para assuntos correlatos. Nesse período, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, caso julgue necessário, convocará os LICITANTES para os esclarecimentos que se fizerem necessários, dentro do permitido pela Lei n.º 8.666/93, artigo 43, parágrafo 3.º.

16.7. A participação na LICITAÇÃO implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste EDITAL.

CLÁUSULA 17 - DA AUDIÊNCIA DE ESCLARECIMENTOS

17.1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior e com o intuito de esclarecer aos LICITANTES e aos demais interessados todos os aspectos da LICITAÇÃO, o DER/MG realizará, em sua sede, na Avenida dos Andradas, nº 1.120, 10º andar (Auditório do DER), na Cidade de Belo Horizonte (MG), no dia ... de ... de, às (.....) horas, audiência de esclarecimentos sobre a LICITAÇÃO, à qual podem comparecer os representantes dos LICITANTES e os demais interessados.

17.2. O DER/MG poderá convocar outras audiências de esclarecimentos, se entender necessário, mediante convocação no órgão da imprensa oficial do Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA 18 - DA ALTERAÇÃO DO EDITAL



18.1. O DER/MG poderá modificar este EDITAL ou seus ANEXOS até o segundo dia útil anterior à data fixada para a entrega da DOCUMENTAÇÃO exigida neste EDITAL.

18.2. Na hipótese prevista no item anterior serão observados os seguintes procedimentos:

- a) divulgação da modificação pela mesma forma que se deu a divulgação deste EDITAL;
- b) emissão e encaminhamento aos LICITANTES de cópia do ato administrativo que procedeu a modificação;
- c) reabertura do prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não afetar a entrega da DOCUMENTAÇÃO prevista neste EDITAL.

CLÁUSULA 19 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este EDITAL por irregularidade na aplicação da legislação que o rege, devendo protocolar, junto à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, o pedido na sede do DER/MG, no endereço antes indicado, à atenção do Diretor Geral do DER/MG, até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a entrega da DOCUMENTAÇÃO prevista neste EDITAL, devendo o DER/MG apreciar e responder a impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo do exercício da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 20 - DA PRECLUSÃO DA VIA ADMINISTRATIVA DE IMPUGNAÇÃO

20.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste EDITAL perante o DER/MG o LICITANTE que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a entrega da DOCUMENTAÇÃO prevista neste EDITAL ou que, tendo aceito o EDITAL sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO prevista neste EDITAL, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.



20.2. A impugnação feita pelo LICITANTE não o impedirá de continuar participando do processo licitatório, até o trânsito em julgado da decisão a ele pertinente.

CLÁUSULA 21 - DO CONTEÚDO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL

21.1. Para a apresentação da DOCUMENTAÇÃO exigida no EDITAL, o LICITANTE deve examinar, cuidadosamente, todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e outras referências citadas neste EDITAL.

21.2. Eventuais deficiências no atendimento aos requisitos e exigências para a apresentação da DOCUMENTAÇÃO exigida no EDITAL serão consideradas de responsabilidade exclusiva do LICITANTE.

CLÁUSULA 22 - DOS CUSTOS DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

22.1. O LICITANTE arcará com todos os custos relacionados com a preparação e apresentação de sua DOCUMENTAÇÃO, não se responsabilizando o DER/MG, em nenhuma hipótese, por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na LICITAÇÃO ou os resultados desta.

CLÁUSULA 23 - DOS REQUISITOS PARA A PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES

23.1. Poderão participar desta LICITAÇÃO empresas brasileiras e as estrangeiras que possuam representação no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente pelos seus atos.

23.2. A participação dos LICITANTES poderá se fazer isoladamente ou em CONSÓRCIO.

23.2.1. Não será permitida a participação em CONSÓRCIO de LICITANTE que esteja participando isoladamente da LICITAÇÃO. Não será permitida, ainda, a participação de um mesmo LICITANTE como



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

consorciado em mais de um CONSÓRCIO, nos termos do inciso IV, do Art. 33, da Lei n.º 8.666/93.

23.2.2. Somente se admitirá a participação de Sociedades Coligadas, Controladas e Controladoras de um mesmo LICITANTE, quando no mesmo CONSÓRCIO.

23.2.3. No CONSÓRCIO de LICITANTES brasileiros e estrangeiros, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa ou entidade brasileira.

23.3. No caso de CONSÓRCIO deverá ser apresentada toda a documentação exigida para os proponentes isolados, em conformidade com os itens 24.2, 24.4, 24.5 e 24.10, e os índices solicitados deverão ser atendidos, individualmente, por cada uma das empresas que o constituem.

23.4. Considera-se em relação a fundações e fundos, para os fins dos itens precedentes, o patrimônio líquido como sendo equiparado ao capital.

23.5. Os LICITANTES deverão apresentar GARANTIA DE PROPOSTA DO LICITANTE, nos termos do inciso III do artigo 31 da Lei Federal n.º 8.666/93, no valor estipulado no subitem IV do item 24.4 deste EDITAL.

23.6 Não será admitida a participação nesta LICITAÇÃO de LICITANTES em regime de concordata, recuperação judicial, extrajudicial ou cuja falência haja sido decretada.

23.7. Estão igualmente proibidos de participar desta LICITAÇÃO os LICITANTES suspensos pelo DER/MG, ou declarados inidôneos pelo Governador do Estado de Minas Gerais, nos termos dos incisos III e IV do artigo 87 da Lei n.º 8.666/93, bem como aqueles que se encontram interditados por crimes ambientais nos termos do artigo 10 da Lei n.º 9.605/98.

23.8. Não poderão participar desta LICITAÇÃO os LICITANTES que estejam sob intervenção da Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

23.9. Não poderão participar desta LICITAÇÃO os LICITANTES cujos dirigentes, gerentes, sócios ou controladores, responsáveis técnicos ou legais sejam ou já tenham sido, a partir de 2 (dois) anos consecutivos anteriores à data da publicação deste EDITAL, servidores ou dirigentes



ligados ao DER/MG, e ao governo do Estado de Minas Gerais, ou qualquer de seus órgãos ou entidades vinculadas.

CAPÍTULO II

DA HABILITAÇÃO DE LICITANTES

CLÁUSULA 24 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

24.1. Será inabilitado o LICITANTE que na data da entrega da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

- I. não satisfizer as condições estabelecidas no presente EDITAL;
- II. tiver sido declarado inidôneo por ato do Poder Público;
- III. estiver impedido de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou com qualquer de seus órgãos descentralizados;
- IV. estiver sob processo recuperação judicial ou que tiver tido sua falência decretada.

24.2. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO será constituída dos DOCUMENTOS discriminados nos itens seguintes.

24.3. Os DOCUMENTOS de habilitação jurídica serão constituídos de:

- I. em se tratando de sociedades empresárias, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados no órgão competente e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição dos seus administradores;
- II. no caso de sociedades simples, fundações ou fundos, inscrição ou registro do ato constitutivo, acompanhada da ata que elegeu a Diretoria ou a Administração em exercício;
- III. decreto de autorização, devidamente arquivado, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País.

24.4. Os DOCUMENTOS de qualificação econômico-financeira serão constituídos de:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

I. balanço patrimonial e demonstrativo de resultados do último exercício social, na forma da lei, ou documento equivalente, que comprovem a boa situação financeira do LICITANTE, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios; no caso de sociedade anônima, observadas as exceções legais, deverá ser apresentada a publicação na Imprensa Oficial do balanço e demonstrações contábeis, e da ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial;

II. certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou certidão negativa de execução patrimonial, expedida num prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data de apresentação da DOCUMENTAÇÃO exigida neste EDITAL, pelo distribuidor forense da sede da empresa.

III. COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL de CONCESSIONÁRIA, nos termos de carta modelo constante do ANEXO XII - MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES.

IV. GARANTIA DE PROPOSTA DO LICITANTE no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

24.4.1. Com relação ao subitem “I” acima, quando não houver a obrigatoriedade de publicação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, deverão ser apresentadas, pelo LICITANTE, cópias legíveis e autenticadas das páginas do Diário Geral no qual os mesmos foram transcritos, devidamente assinados pelo contador responsável e por seus sócios, bem como dos termos de abertura e encerramento do Diário Geral na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

24.1.2. Com relação ao subitem “IV” acima, se o LICITANTE pretender apresentar GARANTIA DE PROPOSTA DO LICITANTE na forma de fiança bancária, deverá fazê-lo utilizando o modelo de carta de constante do ANEXO XII - MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES.

24.4.3. Além do cumprimento das exigências previstas nos itens anteriores, é condição para a habilitação que os LICITANTES individuais ou cada uma das empresas participantes de CONSÓRCIO comprovem que dispõem dos índices contábeis mínimos, previstos nos itens I a VI abaixo, ficando estabelecido que: os índices apresentados nos incisos I e II serão aplicados exclusivamente para as empresas/instituições que não sejam do mercado financeiro; os índices apresentados nos incisos III e IV serão aplicados exclusivamente para as empresa/instituições do mercado



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



financeiro; e os índices apresentados nos incisos V e VI serão aplicados exclusivamente para as empresas/instituições do Sistema de Previdência Fechada Privada (Fundos de Pensão), criadas por organizações públicas ou estatais ou por organizações privadas:

I - Índice de Liquidez Geral, igual ou superior a 1,5 (um vírgula cinco), apurado no balanço e calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

Em que:

ILG - é o Índice de Liquidez Geral;

AC - é o ativo circulante, excluídos os títulos descontados e a provisão para devedores duvidosos;

RLP - é o realizável a longo prazo (acima de 365 dias);

PC - é o passivo circulante (= Exigível a curto prazo);

ELP - é o exigível a longo prazo (acima de 365 dias);

II - "Índice de Liquidez Corrente" maior ou igual a 1,2 (um vírgula dois), apurado no balanço e calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

no qual:

ILC = Índice de Liquidez Corrente;

AC = Ativo Circulante (até 365 dias);

PC = Passivo Circulante (até 365 dias);

III - "Índice de Inadimplência" menor que 0,09 (nove centésimos), apurado no balanço e calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{II} = \frac{\text{OCD}}{\text{OC}}$$

no qual:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

II = Índice de Inadimplência;

OCD = Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa;

OC = Operações de Crédito;

IV - “Índice de Alavancagem” menor ou igual a 14,00 (quatorze inteiros), apurado no balanço e calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IA = \frac{CT}{PL}$$

no qual:

IA - é o Índice de Alavancagem;

CT - Captação Total, representado pelo passivo real, menos o Patrimônio Líquido e o Diversos;

PL - Patrimônio Líquido, representado pelo Capital Social integralizado, mais as Reservas Capitalizáveis e Lucros, menos Prejuízos.

V - “Índice de Liquidez dos Fundos”, maior ou igual a 1,00 (um inteiro), apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILF = \frac{\text{Investimentos Líquidos}}{\text{Reserva Matemática}}$$

VI - “Índice Imobiliário”, menor ou igual a 0,20 (vinte décimos), apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IIm = \frac{\text{Mercado Imobiliário}}{\text{Reserva Matemática}}$$

24.4.4. As memórias de cálculo de cada índice devem ser anexadas pelo LICITANTE à DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO pertinente à qualificação econômico-financeira.

24.4.5. No cálculo dos índices exigidos utilizar-se-ão os resultados expressos no balanço (demonstrações contábeis) do último exercício social.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



24.4.6. Em se tratando de sociedade empresária limitada, a documentação referente ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social deverá ser apresentada mediante cópia autenticada devidamente chancelada pela Junta Comercial do Estado da sede do LICITANTE.

24.5. Em relação às empresas e entidades nacionais que participam da LICITAÇÃO, isoladamente ou em CONSÓRCIO, os documentos de regularidade fiscal serão constituídos de:

- I. Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social (CND);
- II. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- III. Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativos à sede do LICITANTE, na forma da lei;
- IV. Certidão de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União com validade na data da apresentação.
- VI. Certidão negativa de débitos de tributos e contribuições estaduais, com validade na data da apresentação. Os LICITANTES que, nos termos da legislação aplicável, não estiverem inscritos na Fazenda Estadual, portanto, dispensados da comprovação de regularidade, devem provar tal condição.
- VII. Certidão negativa de débitos de tributos e contribuições municipais da sede da LICITANTE, com validade na data da apresentação. LICITANTES que, nos termos da legislação aplicável, não estiverem inscritos na Fazenda Municipal, portanto, dispensados da comprovação de regularidade, devem provar tal condição.
- VIII. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

24.6. Os DOCUMENTOS de qualificação técnico-operacional serão constituídos de atestado(s) com indicação da experiência do LICITANTE na exploração de serviços similares aos SERVIÇOS DELEGADOS, no que se refere à operação e/ou manutenção de rodovias.



24.6.1. Em razão do grande vulto e da alta complexidade do objeto da LICITAÇÃO, aliados à essencialidade dos serviços públicos envolvidos na exploração do SISTEMA RODOVIÁRIO, bem como ao compromisso de resultado assumido pelo ADJUDICATÁRIO da LICITAÇÃO de prestação do SERVIÇO ADEQUADO atendendo às CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, as INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS e as atividades de OPERAÇÃO DA RODOVIA e de CONSERVAÇÃO DA RODOVIA, conforme indicado no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, bem como aos indicadores constantes do ANEXO V – QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, a qualificação técnico-operacional referida no item 24.6 deverá ser comprovada mediante a experiência do LICITANTE, ou de membro do CONSÓRCIO, na operação e/ou manutenção de rodovia com volume de tráfego de, no mínimo, 10.000 (dez mil) veículos/dia.

24.6.2. Além dos documentos referidos no item 24.6.1, o LICITANTE deverá comprovar que tem em seu quadro permanente equipe técnica formada por, no mínimo, 3 (três) profissionais, de nível superior e experiência comprovada em serviços similares aos SERVIÇOS DELEGADOS.

24.6.3. Se assim preferir, poderá o LICITANTE atender à exigência disposta nos itens 24.6, 24.6.1 e 24.6.2 mediante apresentação de compromisso irrevogável e irretratável de empresa que atenda aos requisitos lá especificados, para prestação de assistência técnica, por um prazo mínimo de 3 (três) anos consecutivos contados da data do início da CONCESSÃO PATROCINADA, devendo ser formalizado o respectivo contrato de assistência técnica até 5 (cinco) dias úteis antes da assinatura do CONTRATO.

24.6.3.1. Se a CONCESSIONÁRIA demonstrar, a critério do DER/MG, que adquiriu nesse período a experiência necessária à operação da RODOVIA, ficará dispensada de renovar o contrato do item anterior e, em caso contrário, o referido contrato deverá ser renovado por novo período de 3 (três) anos consecutivos.

24.6.4. As indicações mencionadas no item 24.6 deverão estar acompanhadas de atestados, currículos, documentos, dados e informações sobre a experiência dos profissionais ou empresas nelas referidos, observados os requisitos mínimos estabelecidos no item seguinte.



24.7. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá conter, ainda, as seguintes declarações:

I. Declaração do LICITANTE de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, na observância das vedações estabelecidas no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quais sejam, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme modelo constante do ANEXO XII - MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES.

II. Declaração do LICITANTE assegurando pleno conhecimento da natureza e do escopo do objeto desta LICITAÇÃO, conforme modelo constante do ANEXO XII - MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES.

III. Declaração do LICITANTE assegurando, no melhor de seu conhecimento, que as informações por ele fornecidas e o serviço por ele ofertado no âmbito da LICITAÇÃO não infringem patentes, marcas e direitos autorais, conforme modelo constante do ANEXO XII - MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES.

24.8. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá ser introduzida por carta em que o LICITANTE solicita a sua participação na LICITAÇÃO, indica a(s) pessoa(s) legalmente credenciada(s) que assinou(aram) os documentos próprios pertinentes à licitação, conforme modelo constante do ANEXO XII - MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES, e declara que:

I. não infringe o disposto nos itens 23.2.1, 23.6, 23.7, 23.8, 23.09, 24.1, subitens II, III e IV deste EDITAL;

II. autoriza o DER/MG, por meio da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a proceder a diligências visando à comprovação de informações prestadas pelo LICITANTE, relativas à LICITAÇÃO;

III. responderá pela veracidade de todas as informações constantes da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e das propostas apresentadas; e

IV. no caso de vencer a LICITAÇÃO, se compromete a atender aos termos fixados neste EDITAL e em seus ANEXOS.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

24.8.1. No caso de CONSÓRCIO, a carta a que se refere este item deverá ser firmada por representantes legais de todos os seus membros.

24.9. Os documentos exigidos nos itens 24.3 e 24.5, subitens II e III deste EDITAL, poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido na forma estabelecida pela Resolução SEPLAG nº 044, de 30 de novembro de 2005.

24.10. As empresas estrangeiras que participem isoladamente ou reunidas em CONSÓRCIO e que não funcionem no país deverão apresentar a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO em conformidade com a legislação de seu país de origem, devendo apresentar ainda:

- I. declaração formal de expressa submissão à legislação brasileira; e
- II. instrumento de investidura de representante(s) legal(is) no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

24.11. No caso de CONSÓRCIO, é exigido:

- I. que não se constitua em pessoa jurídica antes do julgamento da LICITAÇÃO;
- II. que o instrumento de constituição do CONSÓRCIO seja devidamente arquivado no Registro do Comércio competente, e contenha, entre outros dispositivos, declaração expressa de que:
 - a. os consorciados responderão em conjunto e isoladamente por todos os atos do CONSÓRCIO;
 - b. não poderá o CONSÓRCIO ter a sua composição ou constituição alterada, ou sob qualquer forma modificada, sem prévia e expressa autorização do DER/MG;
 - c. sendo o CONSÓRCIO declarado vencedor da LICITAÇÃO, as consorciadas constituirão a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO antes da data fixada para a assinatura do CONTRATO;
- III. que o instrumento de constituição defina o percentual de participação de cada um dos consorciados.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

III. que o instrumento de constituição indique a empresa-líder, única representante legal do CONSÓRCIO, com quem o DER/MG manterá entendimentos;

24.12. Cada uma das empresas do CONSÓRCIO deverá apresentar a documentação exigida nos itens 24.3, 24.4, subitens I e II, 24.5 e 24.10 deste EDITAL, nos termos constantes dos mesmos.

24.13. Os documentos exigidos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por servidor lotado da Assessoria de Custos e Licitação (ACL) do DER/MG, ou em publicação em órgão de imprensa oficial.

24.13.1. No caso de apresentação de cópia simples, o LICITANTE deverá apresentar os respectivos originais, para autenticação pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

24.14. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO do LICITANTE deverá ser apresentada em 1 (uma) via encadernada.

24.14.1. Os DOCUMENTOS de habilitação deverão estar dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente encadernados, de forma a não conter folhas soltas.

24.15. Os DOCUMENTOS relacionados nos itens habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, referem-se à sede do LICITANTE, exceção feita quando explicitamente houver menção em contrário.

24.16. Os documentos não deverão apresentar rasuras ou emendas e suas páginas deverão estar rubricadas pelo LICITANTE.

24.17. Quaisquer valores que se apresentem em quaisquer dos documentos solicitados neste EDITAL, em especial, aqueles contidos no balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis, serão expressos em Reais (R\$).

24.18. Quando expressos em outras moedas, o LICITANTE deverá converter esses valores em Reais (R\$), à taxa de câmbio comercial para venda, divulgada pelo Banco Central do Brasil. O LICITANTE deverá explicitar, em impresso próprio, a(s) taxa(s) de câmbio,



correspondente(s) à(s) data(s) e outras informações pertinentes e necessárias às conversões.

24.19. Havendo divergência entre os valores numéricos e aqueles apresentados por extenso na DOCUMENTAÇÃO apresentada pelo LICITANTE prevalecerão os últimos.

24.20. Os casos omissos serão resolvidos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

CAPÍTULO III

DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA 25 - DOS REQUISITOS DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

25.1. Em razão do grande vulto e da alta complexidade do objeto da LICITAÇÃO, aliados à essencialidade dos serviços públicos envolvidos na exploração do SISTEMA RODOVIÁRIO, cada LICITANTE deverá apresentar proposta de METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, que o DER/MG avaliará para o efeito de sua aceitação ou não.

25.2. A proposta de METODOLOGIA DE EXECUÇÃO indicará as atividades que o LICITANTE, se ADJUDICATÁRIO da LICITAÇÃO, pretende desenvolver para prestar o SERVIÇO ADEQUADO e executar os SERVIÇOS DELEGADOS, SERVIÇOS COMPLEMENTARES e dar apoio aos SERVIÇOS NÃO DELEGADOS, de modo a atender às CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, às INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS, à OPERAÇÃO DA RODOVIA e a CONSERVAÇÃO DA RODOVIA, conforme indicado no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, e os indicadores constantes do ANEXO V – QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

25.3. A proposta de METODOLOGIA DE EXECUÇÃO conterá:

I. a organização da CONCESSIONÁRIA, prevista para a data da assinatura do CONTRATO e, no que couber, a previsão de sua evolução, para cada um dos itens incluídos, ao longo do prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, compreendendo, mas não restrita à:



-
- a. minuta do estatuto social e de eventual acordo de acionistas;
 - b. composição dos órgãos de Administração;
 - c. estrutura organizacional da CONCESSIONÁRIA, até o primeiro escalão hierárquico abaixo da Diretoria, incluindo nesse nível, obrigatoriamente, a função de ouvidor (“*ombudsman*”) e a função de atendimento ao usuário.

II. descrição das metodologias e tecnologias que o LICITANTE se propõe a empregar na prestação dos SERVIÇOS.

25.4. As CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA a serem atendidas pela CONCESSIONÁRIA na prestação dos SERVIÇOS são aquelas indicadas no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.

25.5. As descrições das metodologias e tecnologias para os SERVIÇOS deverão abranger todo o prazo de CONCESSÃO PATROCINADA, apoiadas em planilhas com especificações e quantidades relativas a cada serviço específico envolvido, referindo-se a cronogramas físico-financeiros, em bases anuais.

25.6. As descrições das metodologias e tecnologias para os SERVIÇOS correspondentes às funções de OPERAÇÃO DA RODOVIA e de CONSERVAÇÃO DA RODOVIA deverão abranger todo o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA e deverão atender às condições indicadas no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, e aos indicadores constantes do ANEXO V – QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

CAPÍTULO IV DA PROPOSTA ECONÔMICA

CLÁUSULA 26 - DOS REQUISITOS DA PROPOSTA ECONÔMICA

26.1. A PROPOSTA ECONÔMICA, seguindo o modelo proposto no ANEXO VII - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ECONÔMICA, além do PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA totalmente preenchido e organizado conforme indicado na Cláusula 27, conterá:



I. Carta apresentando o valor, expresso em reais, da CBAT mensal a ser paga pelo DER/MG à CONCESSIONÁRIA, conforme modelo constante do ANEXO VII – DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ECONÔMICA;

II. Declaração de compromisso emitida por instituição seguradora, que atenda aos requisitos fixados no item 27.3, de que concederá seguro-garantia, e/ou declaração de compromisso de instituição financeira de primeira linha, que ateste a capacidade do LICITANTE de apresentar uma dentre as demais modalidades de garantia previstas em Lei, conforme modelo constante do ANEXO XII – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES.

26.1.1. O valor máximo da CBAT a ser proposto pelo LICITANTE, conforme o inciso I do item 26.1, estará limitado, nos termos do artigo 40 inciso X da Lei 8.666/93, a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) por mês, sendo desconsiderada a PROPOSTA ECONÔMICA que apresentar valor superior.

26.2. Na elaboração de sua PROPOSTA ECONÔMICA, os LICITANTES deverão:

I. expressar todos os valores em reais (R\$), referidos a...(dia) de....(mês) de... (ano);

II. não considerar qualquer benefício fiscal que possa vir a ser conferido à CONCESSIONÁRIA, no âmbito da União, do Estado ou do Município, durante o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA.

CLÁUSULA 27 - DO PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA

27.1. Cada LICITANTE deverá apresentar, como parte integrante da PROPOSTA ECONÔMICA, o PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA que a CONCESSIONÁRIA implementará na execução do CONTRATO.

27.2. O PNR incluirá, mas sem se limitar, as informações abaixo, de acordo com o especificado no ANEXO VII - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ECONÔMICA, e as cartas e/ou declarações aqui relacionadas:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

- I. as projeções dos volumes de tráfego e das receitas correspondentes por praça de pedágio e por categorias de veículos, feitas sob exclusiva responsabilidade do LICITANTE, em bases anuais, nas quais este se baseou para elaborar as suas projeções de receitas de pedágio;
- II. a projeção consolidada do volume de tráfego e receitas de pedágio;
- III. a projeção das receitas provenientes do recebimento da CAT, em base anual, durante todo o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA;
- IV. as projeções das demais receitas operacionais e não operacionais;
- V. os desembolsos referentes aos SERVIÇOS, destacando as parcelas de depreciação/amortização e de tributos incidentes sobre as receitas;
- VI. os desembolsos com investimentos/imobilizados, estabelecidos a preços e quantidades globais fixos, referentes à execução das intervenções para a RECUPERAÇÃO FUNCIONAL e RESTAURAÇÃO DA RODOVIA, as OBRAS DE MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE, as INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS, a OPERAÇÃO DA RODOVIA e a CONSERVAÇÃO DA RODOVIA, conforme indicado no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, e atendimento aos indicadores constantes do ANEXO V - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, os equipamentos e sistemas de controle necessários aos SERVIÇOS, destacando as parcelas correspondentes às desapropriações, contratos sub-rogados e indenizações;
- VII. a composição do capital social da CONCESSIONÁRIA, a sua distribuição, as parcelas e os prazos de integralização, inclusive o capital social, adicional ao mínimo estabelecido no CONTRATO, a ser subscrito por terceiros, devidamente identificados, indicando a modalidade, as preferências, se for o caso, o prazo e a garantia de sua subscrição e integralização, no modelo constante do COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL, conforme o ANEXO XII - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES;
- VIII. a descrição de recursos próprios a serem aportados na CONCESSIONÁRIA pelo LICITANTE, além do capital social, indicando a sua modalidade, características, prazos e garantia de seu aporte;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

IX. o(s) financiamento(s) a ser(em) contratado(s) pela CONCESSIONÁRIA, indicando as principais características da(s) operação(ões), tais como taxas de juros, moeda, prazos de carência e amortização, vencimentos, comissões e garantias;

X. carta de instituição seguradora ou corretora de seguros que assessora o LICITANTE na montagem do plano de seguros, declarando que apoiará o empreendimento objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, utilizando o modelo de carta constante do ANEXO XII – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES;

XI. carta da empresa de auditoria independente, declarando que analisou as PROJEÇÕES FINANCEIRAS apresentadas pelo LICITANTE, atestando a sua adequabilidade, sob os aspectos contábil e tributário, conforme modelo constante do ANEXO XII - MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES;

27.3. O LICITANTE deverá comprovar a experiência da instituição seguradora ou corretora de seguros, de que trata o subitem X, em colocação de programa de seguros similares e em gerenciamento de risco de seguro.

CLÁUSULA 28 - DAS VISTORIAS

28.1. Os LICITANTES deverão vistoriar o SISTEMA RODOVIÁRIO e suas cercanias, em data a ser estabelecida pelo DER/MG, para a verificação das condições locais, com a finalidade de obter avaliação própria da quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, forma e condições de suprimento, meios de acesso ao local e para a obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários à preparação de sua proposta de METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e PROPOSTA ECONÔMICA e para a prestação dos SERVIÇOS.

28.1.2. As informações constantes do ANEXO III – DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DO SISTEMA EXISTENTE são meramente referenciais, e não deverão ser entendidas como completas ou atualizadas em relação às condições presentes da RODOVIA.

28.2. Poderão ser feitas tantas vistorias quanto cada LICITANTE considerar necessário, contudo, a primeira vistoria será conjunta e, para



tanto, os representantes credenciados dos LICITANTES deverão se apresentar no local, na data e hora a serem estabelecidos pelo DER/MG.

28.3. Ao final da primeira vistoria, o DER/MG fornecerá aos representantes credenciados dos LICITANTES o Atestado de Vistoria, que fará parte do envelope contendo a proposta de METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.

28.4. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO considerará que as propostas apresentadas foram elaboradas com perfeito conhecimento do sítio do SISTEMA RODOVIÁRIO, não podendo a CONCESSIONÁRIA, em hipótese alguma, pleitear modificações nos preços, prazos, ou condições do CONTRATO, ou alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício, sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre este.

CAPÍTULO V

DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO, ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO

CLÁUSULA 29 - DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

29.1. A DOCUMENTAÇÃO exigida neste EDITAL deverá ser entregue na sessão pública que será realizada no local, dia e hora, estabelecidos no preâmbulo deste EDITAL.

29.2. O LICITANTE deverá entregar 3 (três) envelopes fechados e indevassáveis, a saber

- a. Envelope A - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
- b. Envelope B – METODOLOGIA DE EXECUÇÃO
- c. Envelope C – PROPOSTA ECONÔMICA

29.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá ser apresentada em envelope fechado e indevassável trazendo em seu exterior a identificação do LICITANTE, o número da LICITAÇÃO e os dizeres:

CONCORRÊNCIA N.º/2006 – DER/MG



EXPLORAÇÃO MEDIANTE CONCESSÃO PATROCINADA DA RODOVIA MG - 050, TRECHO ENTRONCAMENTO BR 262 (JUATUBA) - ITAÚNA - DIVINÓPOLIS – FORMIGA - PIUMHI - PASSOS - SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, E O TRECHO SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - DIVISA MG/SP DA RODOVIA BR-265/491, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL N.º 11.079/04 E A LEI ESTADUAL N.º 14.868/03.

ENVELOPE A
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
(NOME DO INTERESSADO)

- 29.4. A proposta de METODOLOGIA DE EXECUÇÃO deverá ser apresentada em envelope fechado e indevassável trazendo em seu exterior a identificação do LICITANTE, o número da LICITAÇÃO e os dizeres:

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N.º/2006 – DER/MG

EXPLORAÇÃO MEDIANTE CONCESSÃO PATROCINADA DA RODOVIA MG - 050, TRECHO ENTRONCAMENTO BR 262 (JUATUBA) - ITAÚNA - DIVINÓPOLIS – FORMIGA - PIUMHI - PASSOS - SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, E O TRECHO SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - DIVISA MG/SP DA RODOVIA BR-265/491, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL N.º 11.079/04 E A LEI ESTADUAL N.º 14.868/03.

ENVELOPE B
METODOLOGIA DE EXECUÇÃO
(NOME DO INTERESSADO)

- 29.5. A PROPOSTA ECONÔMICA deverá ser apresentada em envelope fechado e indevassável trazendo em seu exterior a identificação do LICITANTE, o número da LICITAÇÃO e os dizeres:



EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N.º/2006 – DER/MG

EXPLORAÇÃO MEDIANTE CONCESSÃO PATROCINADA DA RODOVIA MG - 050, TRECHO ENTRONCAMENTO BR 262 (JUATUBA) - ITAÚNA - DIVINÓPOLIS - FORMIGA PIUMHI - PASSOS - SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, E O TRECHO SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - DIVISA MG/SP DA RODOVIA BR-265/491, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL N.º 11.079/04 E A LEI ESTADUAL N.º 14.868/03.

ENVELOPE C
PROPOSTA ECONÔMICA
(NOME DO INTERESSADO)

29.6. O envelope A deverá conter a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO indicada na Cláusula 24, em 1 (uma) via.

29.6.1. Se for o caso, o Envelope “A” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - deverá conter ainda declaração confirmando estarem em pleno vigor os poderes de representação, no Brasil, de empresa estrangeira apresentados para compor a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

29.7. O envelope “B” – METODOLOGIA DE EXECUÇÃO - deverá conter, em 1 (uma) via, além de todas as informações, descrições e documentos mencionados no item 25.3 deste EDITAL, os seguintes documentos:

I - Carta em que o LICITANTE solicita a aceitação da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO apresentada, indica a(s) pessoa(s) legalmente habilitada(s) que assinou(aram) os documentos pertinentes, conforme o modelo constante do ANEXO XII – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL, e declara que:

a. não infringe qualquer disposição deste EDITAL;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

- b. autoriza a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO a proceder diligências visando à comprovação de informações prestadas pelo LICITANTE;
- c. responderá pela veracidade de todas as informações constantes da DOCUMENTAÇÃO apresentada; e
- d. no caso de vencer a LICITAÇÃO, se compromete a atender aos termos fixados neste EDITAL e nos ANEXOS.

II - Atestado de Vistoria fornecido pelo DER/MG.

29.8. O conteúdo do Envelope “C” - PROPOSTA ECONÔMICA, que está descrito no item 26.1, será apresentado em 1 (uma) via.

29.9. Encerrado o prazo de entrega dos envelopes, julgadas e respondidas as eventuais impugnações ao EDITAL, em ato público a ser realizado na sede do DER/MG, com a presença de, no mínimo, 3 (três) membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e dos representantes dos LICITANTES, munidos de instrumento de mandato, proceder-se-á à abertura dos envelopes A e B entregues pelos interessados, contendo a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e a proposta de METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.

CLÁUSULA 30 - DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

30.1. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO examinará a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO apresentadas pelos LICITANTES, divulgando o resultado por intermédio de publicação no órgão de imprensa oficial do Estado de Minas Gerais.

30.2. Somente será habilitado o LICITANTE que cumulativamente:

- I. apresentar toda a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO exigida;
- II. tiver os DOCUMENTOS assinados por pessoas devidamente credenciadas;
- III. satisfizer a todos os requisitos estabelecidos neste EDITAL;



IV. tiver sua METODOLOGIA DE EXECUÇÃO aceita;

V. no caso de CONSÓRCIO, atender ao disposto na Cláusula 23.

30.3. Será liminarmente desclassificada a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO do LICITANTE:

I. que não apresentar documentos exigidos, para o Envelope B, na forma e condições estabelecidas no presente EDITAL;

II. cujos DOCUMENTOS não estiverem assinados por pessoas devidamente habilitadas;

III. que incluir qualquer parte da PROPOSTA ECONÔMICA no Envelope B;

IV. cuja METODOLOGIA DE EXECUÇÃO não estiver redigida em português, à exceção dos documentos referidos no item 10.15;

V. cuja METODOLOGIA DE EXECUÇÃO não for apresentada de acordo com as diretrizes constantes do ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.

30.4. Em razão do grande vulto envolvendo alta complexidade técnica do objeto da LICITAÇÃO e dos riscos financeiros consideráveis, aliados à essencialidade dos serviços públicos a serem concedidos, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO analisará e avaliará a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO levando em consideração, além das exigências estabelecidas no EDITAL e seus ANEXOS, os seguintes critérios:

a. adequação da estrutura organizacional proposta, verificada por meio da análise dos instrumentos societários e da suficiência do quadro de funções e atividades e currículos para objeto da CONCESSÃO PATROCINADA;

b. o grau de compreensão dos termos do EDITAL e seus ANEXOS, verificado pela consistência das especificações técnicas e operacionais indicadas na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO com os requisitos constantes do EDITAL e seus ANEXOS, em especial o ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;



c. a consistência entre os prazos e meios propostos na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e os resultados desejados definidos no EDITAL e seus ANEXOS, em especial no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, verificada por meio da análise das especificações técnicas e operacionais, dos procedimentos e da suficiência dos recursos humanos e recursos materiais previstos, que devem apresentar nível de explicitação suficiente para o entendimento da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e da PROPOSTA ECONÔMICA;

d. a consistência entre os recursos humanos e materiais previstos na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO com os requisitos constantes do EDITAL e seus ANEXOS, com nível de explicitação suficiente para o entendimento da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;

30.5. A avaliação da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO será efetuada mediante a aplicação de critérios objetivos, conforme descrito no ANEXO IX - CRITÉRIOS DE ANÁLISE DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.

30.6. Não será aceita a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO que, no seu conjunto, ou em qualquer de seus componentes, segundo os critérios definidos e devidamente avaliados pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, não atender ao disposto no EDITAL e em seus ANEXOS, em especial no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.

30.7. Da não habilitação do LICITANTE caberá recurso conforme previsto na Cláusula 11 deste EDITAL.

30.8. Julgados os recursos, ou decorrido o prazo para a sua interposição, serão designados, pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a data, a hora e o local para a abertura e julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS, por meio de publicação no órgão de imprensa oficial do Estado de Minas Gerais.

30.9. Serão devolvidos aos LICITANTES não habilitados os envelopes, inviolados, contendo a PROPOSTA ECONÔMICA, contra recibo que deverão firmar.

30.10. Nos termos do § 3.º, do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93, caso todos os LICITANTES sejam inabilitados, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá fixar prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação,



pelos LICITANTES inabilitados, de nova DOCUMENTAÇÃO escoimada das causas que determinaram a inabilitação.

CLÁUSULA 31 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA ECONÔMICA

31.1. Consoante publicação no órgão de imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, no local, data e hora fixados pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, em ato público, com a presença de, no mínimo, 3 (três) de seus membros e de representantes dos LICITANTES habilitados, devidamente credenciados, proceder-se-á à abertura dos envelopes entregues pelos LICITANTES contendo a PROPOSTA ECONÔMICA.

31.2. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO examinará as PROPOSTAS ECONÔMICAS apresentadas pelos LICITANTES, divulgando o resultado dessa etapa aos presentes, com indicação da respectiva ordem de classificação das propostas recebidas.

31.3. Havendo empate, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO procederá ao sorteio das propostas com idênticas condições.

31.4. Será liminarmente desclassificada a PROPOSTA ECONÔMICA do LICITANTE:

- I. que não apresentar os documentos exigidos para o envelope “C, na forma e condições estabelecidas neste EDITAL;
- II. cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada;
- III. cuja PROPOSTA ECONÔMICA não estiver totalmente expressa em reais (R\$);
- IV. que apresentar, na PROPOSTA ECONÔMICA, dados diferentes ou divergentes daqueles apresentados na proposta de METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;
- V. que apresentar PROPOSTA ECONÔMICA inexecutável, o que será verificado por meio da análise da efetiva capacidade financeira dos acionistas e dos terceiros indicados como aportadores dos recursos, da coerência das PROJEÇÕES FINANCEIRAS, da viabilidade das ações previstas para a captação de recursos e da previsão e programação de



ações alternativas quanto a mudanças nos parâmetros-chave, tais como volumes de tráfego e receita e taxas de juros e de retorno.

VI. cuja PROPOSTA ECONÔMICA não estiver redigida em português.

31.5. A consistência do PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA será verificada por meio de análise da coerência das previsões financeiras.

31.6. Será considerada vencedora a PROPOSTA ECONÔMICA que apresentar a “Menor CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA”.

31.6.1. A classificação das PROPOSTAS ECONÔMICAS obedecerá a ordem crescente dos valores da CAT propostos pelos LICITANTES.

31.7. Os LICITANTES que tiverem suas PROPOSTAS ECONÔMICAS abertas poderão proceder ao exame daquelas apresentadas pelo demais participantes desta fase, observado o procedimento previsto nos itens 10.7 a 10.11.

31.8. Do julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS caberá recurso, conforme previsto na Cláusula 11 deste EDITAL.

31.9. O resultado do julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS será publicado no órgão de imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, com a respectiva ordem de classificação.

31.10. O detentor da melhor PROPOSTA ECONÔMICA obtida conforme acima previsto será, nos termos do item 32.1 convocado para a assinatura do CONTRATO.

CAPÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA 32 - DA ADJUDICAÇÃO

32.1. O DER/MG adjudicará o objeto da LICITAÇÃO e, após a homologação, convocará, mediante publicação no órgão de imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, o ADJUDICATÁRIO para assinatura do CONTRATO no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da mencionada publicação.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



32.2. Em até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para assinatura do CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO deverá comprovar ao DER/MG que:

- I. prestou as garantias previstas no CONTRATO;
- II. assinou contratos com INSTITUIÇÃO(ÕES) FINANCIADORA(S) que assume(m) o compromisso de viabilizar, no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias após a assinatura do CONTRATO, os empréstimos e/ou a colocação de obrigações de longo prazo, previstos no PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA;
- III. contratou as coberturas de seguro, previstas no CONTRATO;
- IV. assinou com terceiro o contrato de prestação de serviço de assistência técnica nos termos do item 24.6.3 deste EDITAL;
- V. cumpriu as disposições do item 24.6.2 ou 24.6.3 deste EDITAL.

32.3. No mesmo prazo estipulado no item 32.2, o ADJUDICATÁRIO, na hipótese de CONSÓRCIO, deverá, ainda, apresentar ao DER/MG os documentos que comprovem ter constituído a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, nos termos do item 34.1, apresentando a correspondente certidão emitida pela Junta Comercial de domicílio da empresa-líder e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), comprovando a participação, como acionistas da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, das empresas integrantes do CONSÓRCIO.

32.3.1. Sendo ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO uma EMPRESA, deverá esta atender ao disposto no item 34.2.1.

32.4. Se o CONTRATO não for assinado no prazo estabelecido no item 32.1 por razões não imputáveis ao DER/MG, o ADJUDICATÁRIO ficará sujeito à multa no valor correspondente a 1% (um por cento) do VALOR DA CONTRATAÇÃO.

32.5. A multa estipulada neste item será cobrada por meio da execução da GARANTIA DE PROPOSTA DO LICITANTE, estipulada no item 23.5.

32.6. Se o CONTRATO não for assinado no prazo estipulado no item 32.1 por razões não imputáveis ao DER/MG, este poderá convocar os



LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do art. 64, § 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

32.7. Os prazos estabelecidos nesta cláusula poderão ser prorrogados pelo mesmo período, a pedido do ADJUDICATÁRIO, desde que ocorra motivo justificado para tanto, a critério do DER/MG.

CLÁUSULA 33 - DO CONTRATO

33.1. O CONTRATO obedecerá aos termos da minuta constante do ANEXO 1 – MINUTA DO CONTRATO.

33.2. A lei aplicável ao CONTRATO será a brasileira, com seus princípios e sua base jurisprudencial, não sendo admitida qualquer menção a direito estrangeiro ou internacional, nem mesmo como meio de interpretação.

33.3. A legislação brasileira aplicável será aquela em vigor na data dos atos ou fatos que vierem a ocorrer.

33.4. O CONTRATO preverá mecanismo privado de resolução de disputas, conforme a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

33.5. O CONTRATO preverá, ainda, a garantia de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA devida à CONCESSIONÁRIA.

33.6. O CONTRATO disporá sobre sua revisão obrigatória no 3º. e no 6º. anos de sua vigência, bem como, a partir do 10º (décimo) ano de sua vigência, inclusive, a cada 60 (sessenta) meses, para fins de adequação dos indicadores constantes do ANEXO V - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO e outros parâmetros que se fizerem necessários, tendo por base o PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA vigente anteriormente à data da respectiva revisão.

33.7. O DER/MG providenciará a publicação do extrato do CONTRATO no órgão de imprensa oficial do Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA 34 - DA CONCESSIONÁRIA



34.1. A CONCESSIONÁRIA será uma SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, a ser constituída pelo ADJUDICATÁRIO da LICITAÇÃO, seja ele uma EMPRESA ou CONSÓRCIO, tendo como objeto social único a exploração da CONCESSÃO PATROCINADA, com proibição expressa de praticar quaisquer atos estranhos a tais finalidades e com sede em um dos municípios atendidos pela RODOVIA.

34.2. A CONCESSIONÁRIA deverá assumir a forma de sociedade anônima, sendo o estatuto social e a composição acionária aqueles que constarem da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.

34.2.1. Sendo ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO uma EMPRESA, deverá esta, no prazo previsto no item 32.2, alterar o seu estatuto ou contrato social para atender ao disposto no item 34.1, ou criar subsidiária integral para atendimento ao disposto no mesmo item mantendo o mesmo controle acionário pré-existente à constituição da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO.

34.2.2. No caso de CONSÓRCIO, como pré-condição para a celebração do CONTRATO, as empresas que o integram deverão constituir SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, sob a forma de sociedade anônima, em conformidade com a lei brasileira, cujos estatutos, composição acionária e organização da administração deverão ser aqueles previstos no PNR.

34.3. A CONCESSIONÁRIA deverá submeter à prévia autorização do DER/MG qualquer modificação em seu estatuto, durante todo o período da CONCESSÃO PATROCINADA.

34.4. Em qualquer dos casos mencionados nos itens anteriores, deverão ser mantidas as condições que ensejaram a celebração do CONTRATO.

34.5 O capital social subscrito da CONCESSIONÁRIA deverá ser integralizado nos termos estabelecidos no COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL, firmado pelos acionistas, que fará parte integrante do CONTRATO como ANEXO V.

34.5.1. Até a data da TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE, a CONCESSIONÁRIA deverá integralizar, em dinheiro, no mínimo, 10% (dez por cento) do total dos investimentos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA para atendimento às CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, às INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS, às



OBRAS DE MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE, às atividades de OPERAÇÃO DA RODOVIA e de CONSERVAÇÃO DA RODOVIA, e aos indicadores constantes do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, conforme indicado na PROPOSTA ECONÔMICA do ADJUDICATÁRIO da LICITAÇÃO.

34.5.2. O capital integralizado da CONCESSIONÁRIA deverá corresponder, em 31 de dezembro de cada ano, até o termo final da CONCESSÃO PATROCINADA, a, no mínimo, 10% (dez por cento) do total dos investimentos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA para atendimento às CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, às INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS, às OBRAS DE MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE, às atividades de OPERAÇÃO DA RODOVIA e de CONSERVAÇÃO DA RODOVIA, e aos indicadores constantes do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, conforme indicado na PROPOSTA ECONÔMICA do ADJUDICATÁRIO da LICITAÇÃO.

34.6. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter o DER/MG permanentemente informado sobre o cumprimento pelos acionistas do COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL, autorizando desde já o DER/MG a realizar diligências e auditorias para a verificação da situação.

34.7. O valor da participação de Fundos e/ou Fundações no capital da CONCESSIONÁRIA não poderá superar as prescrições legais vigentes.

34.8. Durante todo o prazo de vigência do CONTRATO, o controle societário da CONCESSIONÁRIA só poderá ser modificado com prévia autorização do DER/MG.

34.8.1. Nos termos do § 2º, do art. 5º da Lei Federal nº 11.079/04, o CONTRATO preverá os requisitos e as condições em que o DER/MG autorizará a transferência de controle da CONCESSIONÁRIA para seus financiadores, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos SERVIÇOS.

34.9. A CONCESSIONÁRIA poderá oferecer em garantia, nos contratos de financiamento, os direitos emergentes da CONCESSÃO PATROCINADA, desde que não comprometam a operacionalização e a continuidade dos SERVIÇOS.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

34.10. As ações correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA poderão ser dadas em garantia de financiamentos, ou como contragarantia de operações, vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do CONTRATO, desde que previamente autorizadas pelo DER/MG.

34.11. A CONCESSIONÁRIA estará sempre vinculada ao EDITAL, à documentação apresentada e aos respectivos documentos contratuais, bem como à legislação e regulamentação brasileira, em tudo que se referir à prestação dos SERVIÇOS e à exploração da CONCESSÃO PATROCINADA.

34.12. A CONCESSIONÁRIA não poderá, durante todo o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, reduzir o seu capital, a nenhum título, sem prévia e expressa autorização do DER/MG.

34.13. A CONCESSIONÁRIA somente poderá efetuar a livre distribuição de dividendos a seus acionistas, ou o pagamento de participações nos resultados a seus administradores, no exercício seguinte àquele em que tiverem sido integralmente atendidas as CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA e executadas as INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS indicadas no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA A APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.

34.14. Os recursos à disposição da CONCESSIONÁRIA serão aplicados exclusivamente no desenvolvimento de atividades relacionadas à CONCESSÃO PATROCINADA, ressalvadas unicamente as aplicações financeiras, cuja respectiva receita é considerada acessória, conforme estabelecido no CONTRATO.

34.15. A CONCESSIONARIA deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme indicado no ANEXO X - PLANO DE CONTAS DA CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA 35 - DA TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DO SISTEMA EXISTENTE

35.1. O SISTEMA EXISTENTE será transferido para a CONCESSIONÁRIA dentro de até 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do CONTRATO, mediante a assinatura do Termo de Entrega do SISTEMA EXISTENTE, tornando-se daí em diante, até a extinção da



CONCESSÃO PATROCINADA, de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA a prestação do SERVIÇO ADEQUADO, mediante a execução dos SERVIÇOS DELEGADOS, SERVIÇOS COMPLEMENTARES e apoio aos SERVIÇOS NÃO DELEGADOS, competindo-lhe a cobrança de pedágio e o recebimento da CAT, conforme previsto no CONTRATO.

35.2. As instalações e equipamentos existentes, utilizados para a operação e manutenção do SISTEMA EXISTENTE, relacionados no TERMO DE ENTREGA, serão transferidos à CONCESSIONÁRIA simultaneamente à TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE.

35.3. Qualquer alteração nos sistemas de cobrança de pedágio e na dimensão ou localização dos postos respectivos somente poderá ser feita após aprovação do DER/MG.

35.4. A CONCESSIONÁRIA é responsável pela guarda e vigilância dos bens integrados à CONCESSÃO PATROCINADA, a partir da formalização do TERMO DE ENTREGA DO SISTEMA EXISTENTE.

CLÁUSULA 36 - DA FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO PATROCINADA

36.1. A fiscalização da CONCESSÃO PATROCINADA, abrangendo todas as atividades da CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo do CONTRATO, será executada pela FISCALIZAÇÃO DO DER/MG e pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.

36.2. A CONCESSIONÁRIA facultará ao DER/MG, ou a qualquer outra entidade por este credenciada, o livre acesso aos livros e documentos relativos à CONCESSIONÁRIA, bem como a livros, registros e documentos relacionados com as atividades abrangidas pela CONCESSÃO PATROCINADA, incluindo estatísticas e registros administrativos, e prestará sobre esses, no prazo que lhe for estabelecido, os esclarecimentos que lhe forem formalmente solicitados.

36.3. O DER/MG, diretamente ou por meio de seus representantes credenciados, poderá realizar, na presença de representantes da CONCESSIONÁRIA, ou solicitar que esta execute às suas expensas, dentro de um programa que será estabelecido de comum acordo pelas PARTES, testes ou ensaios que permitam avaliar adequadamente as



condições de funcionamento e as características dos equipamentos, sistemas e instalações.

36.4. As determinações que o DER/MG vier a fazer, no âmbito de seus poderes de fiscalização, deverão ser imediatamente acatadas pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de poder esta apresentar o recurso cabível, nos termos do CONTRATO.

36.5. Eventuais desvios entre o andamento do SERVIÇO, o PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA, a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e o QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO em vigor deverão ser objeto de explicações detalhadas e, tratando-se de atrasos, de apresentação das medidas que serão tomadas para saná-los.

36.6. Se a CONCESSIONÁRIA não acatar as determinações do DER/MG, dentro de seus poderes de fiscalização, o DER/MG terá o direito de tomar, diretamente ou por meio de terceiros, as providências necessárias para corrigir a situação, correndo por conta da CONCESSIONÁRIA os custos incorridos.

36.7. O DER/MG poderá utilizar-se das garantias previstas no CONTRATO para cobertura dos custos incorridos por força da aplicação do disposto nos itens precedentes, sem prejuízo do direito da CONCESSIONÁRIA de apresentar o recurso cabível nos termos da LEGISLAÇÃO.

CLÁUSULA 37 - DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

37.1. Durante todo o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, e sem prejuízo das demais obrigações de prestar as informações estabelecidas neste CONTRATO ou na legislação aplicável, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

I. Dar conhecimento imediato de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas no CONTRATO e que possa constituir causa de intervenção, caducidade da CONCESSÃO PATROCINADA ou rescisão do CONTRATO.

II. Dar conhecimento imediato de toda e qualquer situação que corresponda a fatos que alterem de modo relevante o normal



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

desenvolvimento da prestação do SERVIÇO, apresentando, por escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre esses fatos, incluindo, se for o caso, contribuição de entidades especializadas, externas à CONCESSIONÁRIA, com as medidas tomadas ou em curso para superar ou sanar os fatos referidos.

III. Apresentar trimestralmente relatório com informações detalhadas sobre:

a) as estatísticas de tráfego e acidentes, com análise de pontos críticos e medidas saneadoras implementadas ou a serem implementadas, coerentemente com o PLANO DE SEGURANÇA DA RODOVIA

b) o estado de conservação da RODOVIA;

c) a qualidade ambiental ao longo da RODOVIA, coerentemente com o previsto no PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA;

d) a execução das INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS, conforme previsto no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA A APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;

e) o desempenho de suas atividades, especificando, dentre outros, a forma de prestação dos SERVIÇOS, os resultados da exploração da RODOVIA, bem como a programação e execução financeira.

IV. Apresentar, até 31 de agosto de cada ano, um relatório auditado de sua situação contábil, incluindo, entre outros itens, o balanço e a demonstração de resultado correspondente ao semestre encerrado em 30 de junho do mesmo ano.

V. Apresentar, até 30 de abril de cada ano, as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior, incluindo, entre outros, o Relatório da Administração, o Balanço Anual, a Demonstração de Resultados, os Quadros de Origem e Aplicação de Fundos, as Notas Explicativas, com destaque para as Transações com Partes Relacionadas, o Parecer dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal.

VI. Apresentar, até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada semestre civil, informações atualizadas das PROJEÇÕES FINANCEIRAS da CONCESSÃO PATROCINADA, considerando os resultados reais



obtidos desde o início da CONCESSÃO PATROCINADA até o semestre anterior e os resultados projetados até o fim do prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, utilizando os mesmos modelos e critérios aplicados para a elaboração das PROJEÇÕES FINANCEIRAS contidas no PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA.

VII. Apresentar, no prazo estabelecido pelo DER/MG, outras informações adicionais ou complementares que este, razoavelmente e sem que implique ônus adicional significativo para a CONCESSIONÁRIA, venha formalmente solicitar.

37.2. Os relatórios e informações previstos nos subitens anteriores deverão integrar bancos de dados, em base informática, ao qual será assegurado acesso irrestrito, em tempo real, pelo DER/MG.

37.3. As vias originais dos relatórios previstos nos itens anteriores, após analisadas e aprovadas pelo DER/MG, serão arquivadas na sede da CONCESSIONÁRIA.

37.4. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao DER/MG, dentro de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do CONTRATO, um programa de gestão de qualidade e de controle tecnológico da execução das intervenções para a RECUPERAÇÃO FUNCIONAL e RESTAURAÇÃO DA RODOVIA, das OBRAS DE MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE, das INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS, da OPERAÇÃO da RODOVIA e da CONSERVAÇÃO DA RODOVIA, conforme indicado no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.

37.4.1. O programa de que trata item 37.4 será desenvolvido e custeado pela CONCESSIONÁRIA, com base na Norma NB-9004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, equivalente à Norma ISO 9004 da “International Standards Organization”, e suas atualizações.

37.4.2. O programa a ser implantado pela CONCESSIONÁRIA, e permanentemente acompanhado pelo DER/MG, deverá contemplar o “Manual de Qualidade” especificado na Norma NB-9004, incluindo medidas que assegurem um processo continuado de atualização técnica e tecnológica de produtos e serviços, bem como o desenvolvimento de recursos humanos.



37.4.3. Sem prejuízo das responsabilidades da CONCESSIONÁRIA, o DER/MG poderá acompanhar, diretamente ou através de terceiros, o desenvolvimento do programa referido no item 37.4.

37.4.4. A CONCESSIONÁRIA deverá obter as certificações com base na Norma NB-9004 dentro de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de assinatura do CONTRATO.

37.5. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer à nomenclatura e definições do PLANO DE CONTAS DA CONCESSIONÁRIA, nos termos do ANEXO X - PLANO DE CONTAS DA CONCESSIONÁRIA ou suas atualizações definidas pelo DER/MG.

37.6. O DER/MG terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA 38 - DO COMPARTILHAMENTO DE GANHOS ECONÔMICOS

38.1. Os ganhos econômicos efetivos resultantes para a CONCESSIONÁRIA, decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados para a execução dos investimentos requeridos para a prestação do SERVIÇO ADEQUADO, serão compartilhados entre as PARTES na proporção de 50% (cinquenta por cento) para a CONCESSIONÁRIA e de 50% (cinquenta por cento) para o DER/MG.

38.1.1 A parcela dos ganhos ou resultados econômicos destinada ao DER/MG poderá ser utilizada na correspondente redução da CAT a ser paga à CONCESSIONÁRIA ou no custeio de intervenções na RODOVIA que sejam decididas pelo DER/MG.

38.3. Os ganhos econômicos efetivos resultantes para a CONCESSIONÁRIA, decorrentes de ganhos de produtividade ou redução de custos operacionais em razão da utilização de novas técnicas, novos materiais ou tecnologias, reverterão exclusivamente para a CONCESSIONÁRIA, não sendo computados como resultado econômico-financeiro excedente à TIR projetada, constante da PROPOSTA ECONÔMICA do ADJUDICATÁRIO da LICITAÇÃO.



CLÁUSULA 39 - DA GARANTIA DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

39.1. A CONCESSIONÁRIA prestará, e manterá, ao longo de todo período da CONCESSÃO PATROCINADA, garantias de cumprimento de obrigações contratuais conforme especificação a seguir:

- a) Garantia do atendimento das CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, da execução das INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS e das OBRAS DE MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE, no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); e
- b) Garantia de fiel cumprimento da OPERAÇÃO DA RODOVIA e da CONSERVAÇÃO DA RODOVIA, correspondente a 100% (cem por cento) dos custos operacionais verificados pela CONCESSIONÁRIA no ano anterior. Para o primeiro ano de operação após a assinatura do contrato, deve-se utilizar o valor de referência de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

39.2. As garantias a que se refere o item 39.1 servirão para cobrir:

I - o pagamento de multas que forem aplicadas à CONCESSIONÁRIA em razão de inadimplemento no cumprimento de suas obrigações contratuais, conforme previsto nas Cláusulas 59 e 60 do CONTRATO; e

II - o ressarcimento de custos e despesas incorridas pelo DER/MG para colocar a RODOVIA nas condições definidas no ANEXO X do CONTRATO.

39.3. Sempre que o valor da CAT e das TARIFAS DE PEDÁGIO forem reajustados, nos termos dos itens 36.1 e 40.1 do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá complementar as garantias referidas no item 39.1 no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da vigência do reajustamento.

39.4. Se o valor das multas impostas for superior ao valor das garantias prestadas conforme previsto no item 39.1, além da perda destas, a CONCESSIONÁRIA responderá pela diferença mediante reposição do valor integral da garantia prestada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da respectiva notificação, sob pena de cobrança.



39.5. A garantia especificada na alínea “a” do item 39.1 será liberada da seguinte forma:

I – 50% (cinquenta por cento) do respectivo valor no final do 10º (décimo) ano de vigência do CONTRATO;

II – 50% (cinquenta por cento) do valor remanescente após a redução prevista no subitem I acima, no final do 20º (vigésimo) ano de vigência do CONTRATO;

III – o saldo remanescente da garantia, após a redução prevista no subitem II acima será liberada na data da emissão do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO

39.6. A garantia especificada na alínea “b” do item 39.1 ficará retida até a assinatura do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO DA RODOVIA, conforme previsto no CONTRATO.

39.7. As garantias poderão ser prestadas, a critério da CONCESSIONÁRIA, em qualquer das seguintes modalidades, ou em qualquer combinação delas:

I — caução em moeda corrente do país;

II — caução em títulos da dívida pública, desde que não gravados com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, ou adquiridos compulsoriamente;

III — seguro-garantia; ou

IV — fiança bancária.

39.7.1. Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá:

a) atender ao especificado nos itens 39.5 e 39.6;

b) estar acompanhada de carta de aceitação da operação pelo IRB - Brasil Resseguros S.A., ou estar acompanhada de sua expressa autorização à seguradora para contratar o resseguro diretamente no exterior, bem de resseguro junto às resseguradoras internacionais;



c) ter vigência de 12 (doze) meses, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONCESSIONÁRIA, vinculada à reavaliação do risco, desde que haja anuência formal da seguradora para prorrogá-las;

d) conter disposição expressa de obrigatoriedade da seguradora informar ao DER/MG e à CONCESSIONÁRIA, em até 90 (noventa) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada;

39.7.2. No caso da seguradora não renovar a apólice de seguro-garantia, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes antes do vencimento da apólice, independente de notificação.

39.7.3. O descumprimento da condição estabelecida no item 39.7.2, ou a não aprovação pelo DER/MG da garantia ofertada em substituição, de forma a atender o item 39.1, caracterizará a inadimplência da CONCESSIONÁRIA.

39.7.4. O manifesto desinteresse da seguradora na prorrogação da apólice de seguro-garantia, ou o não atendimento ao item 39.7.2 pela CONCESSIONÁRIA, não caracterizará causa legal para execução da garantia, podendo, inclusive, esta condição constar expressamente do documento pertinente.

CLÁUSULA 40 - DOS SEGUROS

40.1. A CONCESSIONÁRIA, além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, deverá assegurar a existência e manutenção em vigor, durante todo o prazo de duração da CONCESSÃO PATROCINADA, das apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva cobertura dos riscos inerentes à execução das atividades pertinentes à CONCESSÃO, em condições aceitáveis pelo DER/MG e praticadas pelo Mercado Segurador Brasileiro.

40.2. Nenhuma obra ou serviço poderá ter início ou prosseguir sem que a CONCESSIONÁRIA apresente ao DER/MG comprovação de que as apólices dos seguros exigidos neste EDITAL se encontram em vigor, nas condições estabelecidas.

40.3. O DER/MG e o PODER CONCEDENTE deverão ser indicados como cossegurados nas apólices de seguros referidas neste EDITAL.



40.4. Em caso de descumprimento pela CONCESSIONÁRIA da obrigação de contratar ou manter as apólices de seguro de que trata este EDITAL, o DER/MG poderá proceder à contratação e ao pagamento direto dos prêmios das referidas apólices, correndo os respectivos custos por conta exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

40.5. O não-reembolso, em caráter imediato, pela CONCESSIONÁRIA, das despesas realizadas pelo DER/MG na forma prevista no item acima, autoriza a intervenção na CONCESSÃO PATROCINADA, pelo período necessário para assegurar o ressarcimento.

40.6. A CONCESSIONÁRIA fará e manterá em vigor os seguintes seguros:

a) Seguro de Danos Materiais:

I - Seguro de Riscos de Engenharia para as obras civis e/ou instalação e montagem necessárias, que não tenham caráter de manutenção e conserva, bem como as conseqüências financeiras do atraso no início da cobrança do pedágio e da interrupção da exploração da RODOVIA, sempre que esse atraso ou interrupção seja resultante de perda, destruição ou danos cobertos por este seguro de dano material.

II - Seguro de Riscos de Operações de Concessões Rodoviárias.

II.a – Danos Materiais cobrindo a perda, destruição ou dano em todos os bens que integram a CONCESSÃO PATROCINADA;

II.b – Perda de Receita cobrindo as conseqüências financeiras do atraso no início da cobrança do pedágio e da interrupção da exploração da RODOVIA, sempre que esse atraso ou interrupção seja resultante de perda, destruição ou dano coberto pelo seguro de dano material previsto acima.

b) Responsabilidade Civil Geral:

Seguro de Responsabilidade Civil Geral e de Veículos, na base de ocorrência, cobrindo a CONCESSIONÁRIA e o DER/MG, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

encargos relacionados a danos pessoais, morais ou materiais, decorrentes das atividades abrangidas pela CONCESSÃO PATROCINADA.

40.6.1. Os seguros referidos no item 40.6, letra “a” deverão cobrir, sem a eles se limitar, os seguintes riscos:

- cobertura básica de riscos de engenharia;
- erro de projeto;
- risco do fabricante;
- despesas extraordinárias;
- despesas de desentulho;
- tumultos
- incêndio, raio e explosão de qualquer natureza;
- equipamentos eletrônicos;
- roubo e furto qualificado (exceto valores);
- danos elétricos.

40.6.2. Os seguros referidos no item 40.6, letra “b” deverão cobrir, sem a eles se limitar, os seguintes riscos:

- danos involuntários pessoais, inclusive morte;
- danos materiais causados a terceiros, bem como a seus veículos, incluindo o DER/MG.

40.7. Os montantes cobertos pelo seguro de Riscos de Engenharia deverão ser idênticos aos custos de reposição com bens novos, com limite mínimo de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), valendo o que for menor.

40.8. Os montantes cobertos pelos seguros de Danos Materiais deverão ser idênticos aos custos de reposição com bens novos com limite mínimo de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais).

40.9. O valor do limite de Cobertura para Perda de Receita deverá ser, em cada ano, no mínimo, equivalente a três vezes a média da RECEITA DE PEDÁGIO mensal dos últimos 12 (doze) meses, sendo que, no primeiro ano, o limite mínimo será de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

40.10. O limite de cobertura do Seguro de Responsabilidade Civil, incluindo cobertura para operações, cobertura para ações relacionadas com empregados e cobertura para ações resultantes do uso de veículos próprios, contratados e contingentes não deverá ser inferior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

40.11. Os valores fixados nesta cláusula serão reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas aplicáveis à CBAT e à TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO, conforme disposto nos itens 6.1 e 9.1 deste EDITAL.

40.12. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer, em prazo não superior a 30 (trinta) dias do início de cada ano da CONCESSÃO PATROCINADA, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que todas as coberturas contratadas estão em plena vigência e que os respectivos prêmios vencidos encontram-se pagos.

40.13. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer ao DER/MG, em prazo não superior a 10 (dez) dias do fim da vigência de cada apólice, certificado emitido pela seguradora confirmando que as apólices de seguros contratados estão válidas e que os respectivos prêmios encontram-se pagos.

40.14. A(s) seguradora(s) deverá(ão) informar, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias, à CONCESSIONÁRIA e ao DER/MG, quaisquer fatos que possam implicar no cancelamento total ou parcial da presente apólice, bem como redução de cobertura e/ou aumento de franquias e/ou redução dos valores segurados, à exceção dos casos de redução das importâncias seguradas quando da ocorrência de sinistros ou se houver dolo, fraude ou tentativa de fraude, por parte do segurado.

40.14.1. Na hipótese de falta de pagamento de qualquer uma das parcelas do prêmio de seguro, a Seguradora se obriga a comunicar formalmente tal fato ao DER/MG, no prazo de 10 (dez) dias e de manter a cobertura pelo período de 30 (trinta) dias a contar da data do vencimento da parcela faltante, para que o DER/MG tome as medidas contratuais e legais cabíveis.

40.14.2. A CONCESSIONÁRIA se obriga a fazer incluir na respectiva apólice de seguro a obrigação da Seguradora referida no item 40.14.1 acima.

40.15. As instituições financeiras que realizem empréstimos ou coloquem no mercado obrigações de emissão da CONCESSIONÁRIA poderão ser incluídas nas apólices de seguro, na condição de cosseguradas.



40.16. A CONCESSIONÁRIA, com aprovação prévia do DER/MG, poderá alterar coberturas ou outras condições das apólices de seguro, visando adequá-las às novas situações que ocorram durante o período do contrato.

40.17. Todos os seguros deverão ser efetuados em seguradoras autorizadas a operar no Brasil.

40.18. Todas as apólices de seguro conterão cláusula expressa de renúncia ao eventual exercício de sub-rogação nos direitos que as seguradoras tenham ou venham a ter contra o DER/MG e/ou o PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA 41 - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

41.1. Os atrasos da CONCESSIONÁRIA no cumprimento de prazos importarão na aplicação das multas especificadas no ANEXO XI – TABELA DE MULTAS.

41.1.2. A aplicação das multas previstas no item 41.1 não impede que seja decretada a intervenção ou declarada a caducidade da CONCESSÃO PATROCINADA ou, ainda, que sejam aplicadas outras sanções previstas neste CONTRATO ou na legislação pertinente.

41.1.3. A aplicação das multas previstas no item 41.1 não interfere na imposição das sanções contidas no QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, que trata da qualidade dos SERVIÇOS.

41.1.4. As multas serão aplicadas por meio de processo administrativo, iniciado a partir da intimação, emitida pela FISCALIZAÇÃO DO DER/MG à CONCESSIONÁRIA, garantida a sua defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

41.1.5. Da decisão do Diretor Geral do DER/MG que aplicar penalidade caberá recurso voluntário, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da intimação, para o Secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas, independentemente de garantia de instância.

41.1.6. A decisão do Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas exaure a instância.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

41.1.7. Apurando-se, no mesmo processo, a prática de duas ou mais infrações, pela CONCESSIONÁRIA, aplicam-se, cumulativamente, as penas a elas cominadas, se as infrações não forem idênticas.

41.1.8. Quando se tratar de infração continuada em relação a qual tenham sido lavrados diversos autos ou representações, serão eles reunidos em um só processo, para imposição da pena.

41.1.8.1. Considerar-se-ão continuadas as infrações quando se tratar de repetição de falta ainda não apurada ou que seja objeto de processo de cuja instauração a CONCESSIONÁRIA não tenha conhecimento, por meio de intimação.

41.1.9. Na falta de pagamento de qualquer multa no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência, pela CONCESSIONÁRIA, da decisão final que impuser a penalidade, poderá o DER/MG deduzir o correspondente valor da CAT devida à CONCESSIONÁRIA ou executar qualquer das garantias previstas no item 39.1 deste EDITAL.

41.1.10. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas previstas no CONTRATO reverterão para o DER/MG.

41.1.11. A aplicação das penalidades previstas no CONTRATO, e o seu cumprimento, não prejudica, em caso algum, a aplicação das penas cominadas para o mesmo fato pela legislação aplicável, nem de outras sanções contratuais.

41.2. Dos atos do DER/MG decorrentes da execução do CONTRATO, não sujeitos aos procedimentos administrativos nele previstos, cabe recurso.

41.2.1. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado; neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

41.2.2. Em qualquer caso, é garantida a instância até manifestação do Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, aplicando-se o disposto no item anterior.



41.2.3. A intimação dos atos e decisões a que se referem os itens acima será feita mediante comunicação escrita à CONCESSIONÁRIA, contra recibo.

41.3. O valor das multas referidas no item 41.1 será reajustado consoante os critérios de reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO BÁSICA ADICIONAL À TARIFA e da TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO

41.4. Não serão imputáveis à CONCESSIONÁRIA os atrasos:

I. nos cronogramas de execução física das INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS indicadas no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, quando houver descumprimento do programa de trabalho previsto decorrente de atrasos na declaração de utilidade pública pelo PODER CONCEDENTE;

II. na imissão provisória de posse determinada por decisão do Poder Judiciário;

III. causados por questionamentos ambientais em relação às INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS indicadas no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, salvo se decorrentes de ação ou omissão de comprovada responsabilidade da CONCESSIONÁRIA;

IV. decorrentes de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA 42 - DO PRÊMIO POR DESEMPENHO EXCEPCIONAL

42.1. Caso, no curso da execução do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA antecipe o nível de Índice Crítico (IC) indicado como “Bom” em, pelo menos, 1 (um) ano, e a NOTA DO QID média dos últimos 12 (doze) meses consecutivos for superior a 9.0 (nove), a CONCESSIONÁRIA fará jus a prêmio por desempenho excepcional. O Índice Crítico (IC) será aferido conforme previsto no ANEXO V – QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

42.2. O prêmio por desempenho excepcional corresponderá ao acréscimo de 5% (cinco por cento) no percentual de compartilhamento de ganhos atribuído à CONCESSIONÁRIA, conforme previsto no item 38.1, e na



redução de 5% (cinco por cento) no percentual de compartilhamento de riscos atribuído à CONCESSIONÁRIA conforme previsto no item 43.1.

42.3. O prêmio por desempenho excepcional referido no item 42.2 se aplicará aos meses em que for verificada a situação prevista no item 42.1.

CLÁUSULA 43 - RISCO DO VOLUME DE TRÁFEGO NA RODOVIA

43.1. Os riscos relacionados à demanda de tráfego na RODOVIA, em relação ao volume projetado no Estudo de Tráfego indicado na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, serão compartilhadas entre as PARTES, conforme previsto nesta cláusula, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para a CONCESSIONÁRIA e de 50% (cinquenta por cento) para o DER/MG, com as eventuais alterações decorrentes da aplicação das disposições da Cláusula 42.

43.1.1. As conseqüências do compartilhamento do risco da demanda de tráfego serão consideradas para efeito do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, competindo à CONCESSIONÁRIA a correta avaliação do possível impacto das variações verificadas sobre a exploração do SISTEMA RODOVIÁRIO, e a demonstração de seus efeitos à CONCESSIONÁRIA.

43.2. O volume projetado no Estudo de Tráfego indicado na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO será considerado, para os fins do disposto no item 43.1, com uma faixa de variação de 10% (dez por cento) para mais e de 20% (vinte por cento) para menos.

43.2.1. As variações de RECEITA DE PEDÁGIO a maior, verificadas dentro da faixa de 10% (dez por cento), reverterão integralmente para a CONCESSIONÁRIA e não ensejarão a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

43.2.2. As variações de RECEITA DE PEDÁGIO a maior, verificadas acima da faixa de 10% (dez por cento), serão compartilhadas entre a CONCESSIONÁRIA e o DER/MG, na proporção prevista no item 43.1, sendo a parte das receitas que couber ao DER/MG compensada mediante a redução proporcional no valor da CAT a ser paga à CONCESSIONÁRIA pelo DER/MG daí em diante.

43.2.3. As variações de RECEITA DE PEDÁGIO a menor, verificadas dentro da faixa de 20% (vinte por cento), serão de responsabilidade



exclusiva da CONCESSIONÁRIA, e não ensejarão a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

43.2.4. As variações de RECEITA DE PEDÁGIO a menor, verificadas além da faixa de 20% (vinte por cento), serão compartilhadas entre a CONCESSIONÁRIA e o DER/MG, mediante a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, conforme previsto na Cláusula 29 do CONTRATO, tendo como base o valor a ser compensado pelo DER/MG à CONCESSIONÁRIA, proporcionalmente ao percentual de sua participação no risco do tráfego na RODOVIA, indicado no item 43.1.

CLÁUSULA 44 - DA INTERVENÇÃO E DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO PATROCINADA

44.1. Nos termos da lei, o DER/MG poderá intervir na CONCESSÃO PATROCINADA, com o fim de assegurar a adequação na prestação dos SERVIÇOS, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

44.2. A CONCESSÃO PATROCINADA extinguir-se-á por:

- I — advento do termo contratual;
- II — encampação;
- III — caducidade;
- IV — rescisão;
- V — anulação;
- VI — falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA 45 - PENALIDADES POR INEXECUÇÃO

45.1. Pela inexecução parcial ou total das obrigações estabelecidas no CONTRATO, o DER/MG poderá, garantida a prévia defesa:

- I. aplicar à CONCESSIONÁRIA as seguintes penalidades:
 - a) advertência;
 - b) multa de até 10% (dez por cento) do montante da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA e da RECEITA DE PEDÁGIO, calculado com base na média dos últimos 6 (seis) meses, multiplicado pelo número de meses que a CONCESSIONÁRIA estiver



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

inadimplente, para o caso de inexecução parcial, ou a multa prevista no ANEXO XI – TABELA DE MULTAS para os casos ali especificados;

c) multa de até 10% (dez por cento) do montante da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA e da RECEITA DE PEDÁGIO, calculado com base na média dos últimos 6 (seis) meses, multiplicado pelo número de meses remanescentes da CONCESSÃO PATROCINADA, para o caso de inexecução total;

d) sanções previstas no QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO;

II. declarar a caducidade da CONCESSÃO PATROCINADA.

45.1.1. A caducidade da CONCESSÃO PATROCINADA poderá ser declarada sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos incisos I do item anterior.

45.1.2. As multas previstas no inciso I, letras “b” e “c” do item 45.1, respeitados os limites estabelecidos, serão aplicadas pelo DER/MG segundo a gravidade da infração cometida.

45.2. O processo da aplicação de penalidades tem início com a lavratura do respectivo auto pela FISCALIZAÇÃO DO DER/MG.

45.2.1. Lavrado o auto, a CONCESSIONÁRIA será intimada no prazo de 15 (quinze) dias úteis e terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de sua defesa.

45.2.2. A CONCESSIONÁRIA terá prazo de 15 (quinze) dias para o pagamento da multa aplicada pelo DER/MG, a partir do trânsito em julgado de qualquer decisão administrativa condenatória.

45.2.3. A multa deverá ser paga na Tesouraria do DER/MG.

44.2.4. Recebida a defesa, os autos serão encaminhados ao Diretor Geral do DER/MG, devidamente instruídos, para decisão.

45.2.5. Da decisão que confirmar a penalidade caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação, a ser endereçado ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas.



45.2.5.1. Não caberá recurso da decisão proferida pelo Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas que negar provimento ao recurso anteriormente interposto.

45.2.5.2. No caso de fiança bancária ou seguro-garantia, o DER/MG manterá o emitente informado sobre as penalidades eventualmente aplicadas à CONCESSIONÁRIA.

45.2.5.3. O DER/MG manterá as INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS informadas sobre as penalidades eventualmente aplicadas à CONCESSIONÁRIA.

45.3. A aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO e o seu cumprimento não prejudicam, de nenhum modo, a aplicação de outras sanções previstas na legislação.

45.4. A intimação dos atos e decisões a que se referem os itens acima será feita mediante comunicação escrita à CONCESSIONÁRIA, contra recibo.

45.5. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas reverterão ao DER/MG.

45.6. Na falta de pagamento de qualquer multa no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência, pela CONCESSIONÁRIA, da decisão final que impuser a penalidade, poderá o DER/MG deduzir o correspondente valor da CAT devida à CONCESSIONÁRIA, ou executar qualquer das garantias referidas no item 39.1.

CLÁUSULA 46- DA REVERSÃO DOS BENS

46.1. Extinta a CONCESSÃO PATROCINADA, retornam ao PODER CONCEDENTE os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do SISTEMA RODOVIÁRIO, transferidos à CONCESSIONÁRIA, ou por ela implantados, no âmbito da CONCESSÃO PATROCINADA.

46.2. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.



46.3. Caso a reversão dos bens não ocorra nas condições estabelecidas nesta cláusula, a CONCESSIONÁRIA indenizará o PODER CONCEDENTE, podendo o DER/MG, para tanto, lançar mão das garantias previstas no item 39.1.

46.4. A CONCESSIONÁRIA terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado dos bens cuja aquisição, devidamente autorizada pelo DER/MG, tenha ocorrido nos últimos 5 (cinco) anos do prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade do SERVIÇO abrangido pela CONCESSÃO PATROCINADA.

46.5 Um ano antes da extinção da CONCESSÃO PATROCINADA será formada uma Comissão composta pelo DER/MG, pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE e pela CONCESSIONÁRIA, tendo por finalidade proceder à inspeção do SISTEMA RODOVIÁRIO.

46.5.1. O VERIFICADOR INDEPENDENTE elaborará o Relatório de Vistoria e definirá com a aprovação das PARTES, os parâmetros que nortearão a devolução do SISTEMA RODOVIÁRIO.

46.5.2. O Relatório de Vistoria retratará a situação do SISTEMA RODOVIÁRIO e poderá propor a sua aceitação ou a necessidade de correções, antes de sua devolução ao PODER CONCEDENTE.

46.5.3. As eventuais correções serão efetivadas em prazos pré-estipulados pelo DER/MG e acarretarão nova vistoria, após a conclusão dos serviços.

46.6. Extinta a CONCESSÃO PATROCINADA, a Comissão referida no item 46.5 procederá à uma vistoria dos bens a serem revertidos, para verificar seu estado de conservação e manutenção, lavrando-se, no prazo de 30 (trinta) dias, o TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO.

46.7. O TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO deverá ser assinado, pelo DER/MG, 180 (cento e oitenta) dias após a lavratura do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO, desde que atendidas as condições para tanto estabelecidas no ANEXO X do CONTRATO.

46.8. Após a extinção da CONCESSÃO PATROCINADA, não poderá ser feito qualquer pagamento aos acionistas da CONCESSIONÁRIA, a



dissolução ou a partilha do patrimônio da CONCESSIONÁRIA, antes que o DER/MG, por meio do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO, ateste que os bens revertidos estão na situação prevista no ANEXO X do CONTRATO, ou sem que esteja cabalmente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou a qualquer outro título.

CLÁUSULA 47 - DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS

47.1. Os contratos que vierem a ser firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros, relativamente ao desenvolvimento das atividades pertinentes à CONCESSÃO PATROCINADA, serão de direito privado, não tendo os seus contratos qualquer relação com o DER/MG.

47.2. Ainda que o DER/MG tenha tido conhecimento dos termos de qualquer contrato assinado pela CONCESSIONÁRIA com terceiro, por força do estabelecido neste EDITAL ou no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA não poderá alegar ato ou fato decorrente desses contratos para pleitear ou reivindicar do DER/MG qualquer alteração no cumprimento de suas obrigações, ressarcimento de prejuízos ou perda de benefícios.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



ANEXO I - CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO N.º .../2005*

*** O Convênio está, conforme mencionado no Aviso de Consulta Pública, em fase de tramitação final junto ao Ministério dos Transportes.**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



ANEXO III – DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DO SISTEMA
EXISTENTE



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



ANEXO IV - RELATÓRIO DE PASSIVO AMBIENTAL



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



ANEXO V - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



ANEXO VI - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA
METODOLOGIA DE EXECUÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



ANEXO VII - DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DA
PROPOSTA ECONÔMICA



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



ANEXO VIII – ESTRUTURA TARIFÁRIA



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



ANEXO IX – CRITÉRIOS DE ANÁLISE DA
METODOLOGIA DE EXECUÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



ANEXO X – PLANO DE CONTAS DA CONCESSIONÁRIA



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



ANEXO XI - TABELA DE MULTAS



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



ANEXO II - ESCRITURA PÚBLICA



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



ANEXO XIII - MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG



ANEXO XIV - ESCLARECIMENTOS À PROPOSTA